

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Análise dos enquadramentos de ação coletiva do
movimento antidemocrático do 8 de janeiro de 2023 no
Twitter/X através de métodos computacionais

Ian Victor Rubini Ruiz

São Carlos – SP
2025

IAN VICTOR RUBINI RUIZ

Análise dos enquadramentos de ação coletiva do
movimento antidemocrático do 8 de janeiro de 2023 no
Twitter/X através de métodos computacionais

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e
Sociedade, do Centro de Educação e Ciências
Humanas, da Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção do título
de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Sylvia Iasulaitis

São Carlos – SP
2025

Ruiz, Ian Victor Rubini

Análise dos enquadramentos de ação coletiva do movimento antidemocrático do 8 de janeiro de 2023 no Twitter/X através de métodos computacionais / Ian Victor Rubini Ruiz -- 2026.
100f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Sylvia Iasulaitis

Banca Examinadora: Sylvia Iasulaitis, Renilson Rosa Ribeiro, Marisa von Bülow

Bibliografia

1. Enquadramentos de Ação Coletiva. 2. Bolsonarismo. 3. Ciências Sociais Computacionais. I. Ruiz, Ian Victor Rubini. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Ian Victor Rubini Ruiz, realizada em 26/02/2026.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Sylvia lasulaitis (PPGCTS/UFSCar)

Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro (PPGCTS/UFSCar)

Profa. Dra. Marisa von Bülow (PPGCP/UnB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES, pelo financiamento do desenvolvimento desta dissertação. Agradeço, também, à minha família, amigos e companheiros da academia, pela força e perseverança nesse trajeto. Agradeço à Professora Sylvia Iasulaitis, por toda a orientação.

RESUMO:

A dissertação investiga os enquadramentos de ação coletiva mobilizados no Twitter/X por apoiadores do movimento antidemocrático durante os atos de 8 de janeiro de 2023. Articulando teorias dos movimentos sociais e dos enquadramentos com métodos da Ciência Social Computacional, a pesquisa analisa 1.337.606 tweets extraídos do Interfaces Twitter Elections Dataset (ITED-Br), segmentados em dois recortes temporais: os dias anteriores (5–7 de janeiro) e posteriores (8–10 de janeiro) aos atos. A rotulação automática do corpus foi realizada com o modelo BERT, treinado a partir de 4.000 tweets anotados manualmente. A análise combina classificação de posicionamentos, frequência lexical, coocorrências e bigramas. Os resultados mostram que, no período anterior, predominavam enquadramentos prognósticos, expressos em termos como "guerra", "greve geral" e "forças armadas", indicativos de uma mobilização orientada à ação direta. No período posterior, verificou-se uma inversão para enquadramentos diagnósticos, marcados por narrativas de atenuação de responsabilidade ("infiltrados", "manifestantes pacíficos") e antagonização do *establishment*. Transversalmente, os enquadramentos indicam um master frame populista sustentado pela oposição entre "povo" e instituições e pelo uso do nacionalismo como elemento de identidade coletiva. Observou-se ainda uma inversão significativa na proporção de *tweets* favoráveis e desfavoráveis após os atos, sinalizando repúdio da opinião pública no ambiente digital. O trabalho disponibiliza publicamente um pipeline metodológico replicável e duas bases de dados originais, contribuindo para o diálogo entre Ciência Política e Ciência Social Computacional no estudo da crise democrática brasileira.

ABSTRACT:

This dissertation investigates the collective action frames mobilized on Twitter/X by supporters of the coup-oriented movement during the antidemocratic events of January 8, 2023. Drawing on social movement theory and framing theory, alongside Computational Social Science methods, the research analyzes 1,337,606 tweets from the Interfaces Twitter Elections Dataset (ITED-Br), segmented into two temporal windows: the days preceding (January 5–7) and following (January 8–10) the events. Automatic labeling was performed using BERT models trained on 4,000 manually annotated tweets. The analysis combines stance classification, lexical frequency, co-occurrence networks, and bigrams. Results show that the pre-event period was dominated by prognostic frames, expressed through terms such as "war," "general strike," and "armed forces", reflecting a discourse oriented toward direct action. In the aftermath, a shift toward diagnostic frames emerged, characterized by responsibility-deflection narratives ("infiltrators," "peaceful protesters") and antagonization of the establishment. Across both periods, collective action frames indicate a populist master frame grounded in the antagonism between "the people" and political institutions, with nationalism as a central vehicle for collective identity. A significant inversion in the proportion of pro and anti-coup tweets was also observed after the events, signaling public repudiation in the digital sphere. The work makes publicly available a replicable methodological pipeline and two original labeled datasets, advancing the dialogue between Political Science and Computational Social Science in the study of Brazil's democratic crisis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Figura 1: Esquematização do processo metodológico

Figura 2: Proporção dos posicionamentos em relação ao movimento antidemocrático no período anterior aos atos

Figura 3: Proporção dos posicionamentos em relação ao movimento antidemocrático no período posterior aos atos

Figura 4: Nuvem de palavras dos termos negativos mais proeminentes no período anterior aos atos

Figura 5: Nuvem de palavras dos termos negativos mais proeminentes no período posterior aos atos

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Parâmetros para a rotulação das polaridades dos Tweets

Tabela 2: Exemplos de rotulação das polaridades dos Tweets

Tabela 3: Relatório de Validação do modelo BERT no período anterior aos atos

Tabela 4: Relatório de Validação do modelo BERT no período posterior aos atos

Tabela 5: Relação dos 20 termos mais utilizados nos tweets considerados positivos ao movimento antidemocrático no período anterior aos atos

Tabela 6: Relação dos 20 termos mais utilizados nos tweets considerados positivos ao movimento antidemocrático no período posterior aos atos

Tabela 7: Relação da coocorrência das palavras mais frequentes aos 10 termos selecionados como mais representativos do período anterior aos atos

Tabela 8: Relação da coocorrência das palavras mais frequentes aos 10 termos selecionados como mais representativos do período posterior aos atos

Tabela 9: Bigramas Mais frequentes no período anterior aos atos

Tabela 10: Bigramas Mais frequentes no período posterior aos atos

Sumário

1.	Introdução.....	9
2.	Contextualização e Referencial Teórico.....	13
2.1	Criando Terreno para Manifestações Antidemocráticas	14
2.2	A Campanha de 2018	14
2.3	Bolsonarismo e a extrema-direita.....	18
2.4	O Twitter e o Ativismo Digital.....	23
2.5	Teoria de Movimentos Sociais e Enquadramentos de Ação Coletiva.....	24
3.	Metodologia.....	31
3.1	Coleta de Dados.....	31
3.2	Processamento dos dados	33
3.3	Reprodutibilidade e roteiro de execução do pipeline	41
3.3.1	Ambientes e bibliotecas.....	41
4.	Análise de Resultados.....	47
4.1	Validação do modelo e proporção de posicionamentos	47
4.2	Compreensão da incidência dos termos mais utilizados	54
4.2.1	Compreensão dos termos mais utilizados através da coocorrência.....	58
4.3	Análise dos bigramas mais utilizados em cada período	66
4.4	Conclusões sobre a Análise de Conteúdos aplicada aos Enquadramentos de Ação Coletiva.....	69
4.5	Para além dos enquadramentos de ação coletiva.....	73
4.6	Discursos de rejeição aos atos antidemocráticos: análise exploratória por nuvens de palavras	76
5.	Conclusão	81
6.	Referências Bibliográficas.....	84

1. Introdução

As ciências sociais, historicamente dedicadas à análise das interações humanas a partir da observação das dinâmicas sociais, enfrentam atualmente uma transformação significativa impulsionada pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação. Os métodos empíricos tradicionais, como entrevistas e questionários, estão sendo complementados - e em certos casos até substituídos - por abordagens computacionais que permitem explorar grandes volumes de dados digitais em tempo real. Esse novo contexto favorece o crescimento da Ciência Social Computacional, um campo interdisciplinar que integra teorias das ciências sociais com técnicas computacionais sofisticadas, possibilitando o exame de padrões comportamentais, discursos e redes de interação em ambientes digitais (Zhang et. al., 2020).

Na política contemporânea, onde as plataformas de mídia social digital, caracterizadas pela produção e circulação instantânea de mensagens curtas em rede que estruturam públicos conectados (Boyd, 2010), assumem papel central nas arenas de debate público, essas ferramentas se mostram indispensáveis para analisar fenômenos como a mudança na opinião pública e a reorganização das percepções políticas em momentos de crise. Jost et. al. (2018) destacam que plataformas como Facebook e Twitter exercem forte influência na participação política, especialmente no que diz respeito à mobilização e intensificação de protestos e manifestações.

O caráter potencialmente construtivo e democratizante das redes sociais vem acompanhado de dinâmicas que, por meio de algoritmos que promovem a clusterização da informação e favorecem a formação de câmaras de eco (Recuero, Zago e Soares, 2017), contribuem para o acirramento da polarização entre grupos e para a intensificação de discursos e comportamentos políticos radicalizados.

O atual processo de fragilização da democracia é marcado por um conjunto de fatores inter-relacionados, entre os quais se destacam a progressiva erosão das políticas de bem-estar social, o aumento da desconfiança nas instituições e as reações culturais adversas aos movimentos de reivindicação por direitos de minorias. Esses elementos, somados a um sentimento difuso de insegurança e exclusão social, compõem um cenário propício ao avanço de narrativas antidemocráticas no campo político (Freedon, 2017; Davies, 2020; Mudde, 2023). Nesse contexto, as plataformas de mídia social digital desempenham um papel central, ao amplificar tais discursos e catalisar a disseminação de afetos e percepções que desafiam os princípios democráticos (Gerbaudo, 2019).

No caso do Brasil, esse cenário tem se manifestado de forma particularmente intensa nos últimos anos, inserindo o país no centro dos debates contemporâneos sobre as crises das democracias. A literatura sobre o enfraquecimento democrático em nações anteriormente consideradas estáveis tem crescido substancialmente (Przeworski, 2019; Han, 2022), e o Brasil aparece como um dos casos mais emblemáticos.

Em uma das obras mais influentes sobre o tema, *How Democracies Die*, Levitsky e Ziblatt (2018) apontam o Brasil como um exemplo preocupante de ataques às instituições democráticas, com impactos profundos tanto no sistema político quanto nas relações sociais. Ainda que a democracia brasileira não tenha sido formalmente desmantelada, e que alguns autores considerem parte dessa literatura excessivamente alarmista (Melo e Pereira, 2024), é inegável que o país tem atravessado momentos de elevada tensão institucional e social.

Após a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022, observou-se a mobilização de setores opositores ao líder petista, especialmente da base eleitoral do então presidente Jair Bolsonaro, que organizaram um movimento de contestação aos resultados do pleito. Milhares de manifestantes instalaram acampamentos em frente a quartéis militares por diversas semanas, exigindo uma intervenção das Forças Armadas que impedisse a posse do presidente eleito. As alegações que motivaram tais atos - centradas em supostas fraudes eleitorais e abusos de poder político - careciam de qualquer comprovação empírica, refletindo uma tentativa de deslegitimação do processo democrático por meio de narrativas infundadas (Brasil, 2022).

No dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República, esses indivíduos deslocaram-se até Brasília e, após se reunir na Praça dos Três Poderes, invadiram as sedes do Legislativo, Judiciário e Executivo nacional, construções de alta importância simbólica e política, cuja depredação foi capaz de gerar efeitos em escala nacional.

Neste momento, viu-se a deflagração de um dos episódios mais chocantes da história brasileira pós-redemocratização. Esse ataque a democracia, ocorrido com a conivência de diversos atores políticos, resultou na prisão de 1430 pessoas e na destruição de diversos acervos patrimoniais, incluindo obras de arte, móveis históricos, documentos oficiais e presentes diplomáticos recebidos pelo Estado brasileiro ao longo de décadas.

Durante todo esse processo, os manifestantes bolsonaristas utilizaram as plataformas de mídias sociais para organizar e amplificar a mobilização em escala nacional. Segundo Ozawa et al. (2024), a disseminação de desinformação em plataformas

como WhatsApp e Twitter acompanhou de perto os principais eventos preparatórios para o ataque em Brasília. Os conteúdos compartilhados por apoiadores de Bolsonaro giravam, predominantemente, em torno de temas como religião, infiltrados, forças armadas, esquerda e nacionalismo.

O mesmo estudo identificou que o Twitter funcionou como a plataforma primária para a publicação inicial de mensagens propagandísticas com o objetivo de fabricar consenso em torno de uma tentativa de golpe de Estado. Posteriormente, essas mensagens eram disseminadas organicamente no WhatsApp, ampliando seu alcance entre diferentes grupos. Além disso, os conteúdos publicados no Twitter anteciparam, em muitos casos, a cobertura jornalística sobre os apoiadores do ex-presidente, evidenciando o papel estratégico da plataforma na construção da narrativa bolsonarista.

A maneira como essas redes impactam o engajamento político - por meio de mensagens, postagens, compartilhamentos e curtidas - produz uma grande quantidade de dados, conhecidos como rastros digitais, que correspondem às informações geradas, voluntariamente ou não, durante o uso de dispositivos ou serviços digitais (Howison, Wiggins e Crowston, 2011).

A utilização de um volume tão denso de dados, entretanto, impõe desafios significativos à coleta, ao tratamento e à análise das informações. Conforme argumentam Tinati et al. (2014), embora os cientistas da computação tenham desenvolvido ferramentas poderosas para a coleta e o processamento em larga escala de dados de redes sociais como o Twitter, essas abordagens muitas vezes carecem de fundamentação teórica e de uma análise conceitual mais aprofundada dos fenômenos sociais.

Por outro lado, os métodos tradicionais das ciências sociais têm falhado em capturar as propriedades específicas desses dados - como escala, dinamicidade e relacionalidade - devido às suas limitações analíticas frente ao volume e à complexidade desses dados, também denominados *big data*, caracterizados por excederem as capacidades dos sistemas tradicionais de armazenamento e processamento de informações (Dumbill, 2012), exigindo, portanto, novas abordagens metodológicas e ferramentas computacionais avançadas para sua análise.

Ao mesmo tempo, o uso de *big data* fortalece o potencial de inferência científica do material, possibilitando uma compreensão mais holística dos fenômenos (Shah, Capella e Neuman, 2015) e permitindo a identificação de padrões e tendências que poderiam passar despercebidos em análises menores.

Nesse sentido, a superação da polarização entre análises quantitativas em larga escala e interpretações qualitativas de microinterações exige a integração entre as capacidades técnicas da ciência da computação e a sensibilidade teórica das ciências sociais. Essa colaboração interdisciplinar é fundamental para explorar adequadamente a escala e a complexidade dos dados provenientes de redes sociais, permitindo investigar com maior profundidade os fluxos de informação, a formação de redes e os processos sociais que emergem em ambientes digitais (Tinati et al., 2014).

Sob esse contexto, esta dissertação pretende responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as características dos enquadramentos de ação coletiva mobilizados pelos apoiadores das manifestações antidemocráticas antes e depois do dia 8 de janeiro no Twitter/X? A fim de responder essa pergunta, será necessário o cumprimento de dois objetivos principais.

Primeiro, avaliar os posicionamentos em relação aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 no Twitter, estimando a proporção de tweets favoráveis, neutros e desfavoráveis aos atos antidemocráticos no período imediatamente anterior (5–7 de janeiro) e posterior (8–10 de janeiro) às invasões.

Segundo, caracterizar os enquadramentos de ação coletiva presentes nos tweets favoráveis, identificando as categorias predominantes em cada período e o conteúdo mobilizado nessas posturas antes e depois das invasões.

Apesar do número crescente de estudos sobre a crise democrática associado à ascensão da extrema-direita, a maior parte da literatura privilegia abordagens top-down centradas em atores e instituições (decisões partidárias, rupturas institucionais, estratégias de elites), sendo escassas pesquisas que partam do conteúdo produzido pelo ativismo digital para compreender tentativas de ruptura institucional.

Este trabalho busca ajudar a preencher essa lacuna, no caso brasileiro, ao adotar uma perspectiva centrada no conteúdo: por meio da análise sistemática de tweets com mensagens referentes aos atos de 8 de janeiro, comparando as janelas temporais de 5–7 e 8–10 de janeiro de 2023, busca mapear a proporção de posicionamentos favoráveis, neutros e desfavoráveis, além dos enquadramentos predominantes nos tweets de posicionamento favorável, e avaliar em que medida a invasão de Brasília alterou a composição discursiva e afetiva da base de apoio.

Ademais, a utilização de tweets como objeto de pesquisa permite trabalhar com grande volume de dados, que favorecem uma abordagem mais holística dos fenômenos,

permitindo compreensões que passariam despercebidas em conjuntos menores e aumentando a capacidade inferencial dos resultados (Shah, Capella e Neuman, 2015).

O presente trabalho tem, portanto, a intenção de aprofundar o campo de investigação sobre crise democrática através de uma perspectiva centrada na mobilização social digital, utilizando um grande volume de tweets para compreender as dinâmicas dos enquadramentos de ação coletiva mais proeminentes em torno da invasão à Brasília, o caso brasileiro mais emblemático referente ao escalonamento da crise democrática.

2. Referencial Teórico

Para situar o episódio da invasão de Brasília no quadro mais amplo dos ataques ao regime democrático, este capítulo abordará os atos antidemocráticos como etapas de um processo gradual de contestação democrática, tanto em sua dimensão retórica quanto mobilizadora: iniciado pelas mobilizações de 2013 e seguidas pelas alegações de fraude eleitoral do candidato Aécio Neves em 2014, esse movimento se fortalece com o discurso sistemático de desconfiança em relação às instituições e ao próprio processo eleitoral promovido por Jair Bolsonaro ao longo da campanha de 2018 - mesmo após sua vitória - e durante seu mandato. Intensifica-se, então, na ampla mobilização que se seguiu à derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022, até atingir seu ápice com a invasão dos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

Na sequência, o capítulo apresenta a conceitualização das categorias de direita, ultradireita e extrema-direita aqui utilizados, delimitando seus usos analíticos e distinções teóricas no campo da ciência política e situando o movimento bolsonarista dentro deste escopo.

Em seguida, discute-se o conceito de ativismo digital, com ênfase no papel das plataformas digitais, em especial o Twitter, como espaços estruturantes da ação coletiva contemporânea, fundamentais para a circulação de enquadramentos interpretativos, mobilização de apoiadores e coordenação de práticas políticas.

Por fim, será apresentado o campo de estudos dos movimentos sociais enquanto atores políticos, abordando a teoria dos movimentos sociais e a noção de enquadramentos de ação coletiva, que servirá como base analítica para a interpretação empírica desenvolvida nos capítulos subsequentes.

2.1 Criando Terreno para Manifestações Antidemocráticas

O início da fragilização da democracia brasileira, conquistada após um longo período ditatorial com a promulgação da Constituição de 1988, é mais bem compreendido ao remontar às manifestações populares de junho de 2013, que revelaram de modo mais visível o esgotamento do modelo democrático no país, marcado pela cooptação mútua entre Executivo e Legislativo (Marcon, 2022, p. 54). Motivadas pelo descontentamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes e representantes civis eleitos (Pinheiro-Machado & Freixo, 2019, p. 12), multidões ocuparam as ruas de São Paulo, impulsionadas por coletivos como o Movimento Passe Livre, cujo protesto inicial contestava o aumento das tarifas de transporte coletivo. Essa onda de mobilização - que perdurou até as vésperas das eleições de setembro de 2014 - pautou fortemente a corrupção em seu discurso (Cremonese, 2015) e contribuiu para a polarização extrema entre PT e PSDB, que concentrou as forças de oposição, no debate eleitoral nacional (Tatagiba, Trindade e Teixeira, 2015).

Após a derrota de Aécio Neves, candidato do PSDB, no segundo turno das eleições de 2014, o coordenador jurídico de sua campanha, Carlos Sampaio, protocolou junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um pedido de recontagem de votos e auditoria do resultado, fundamentado em supostas irregularidades nas urnas eletrônicas evidenciadas por publicações de eleitores em redes sociais, através da Ação de Investigação de Mandato Eletivo (AIME) nº761 (G1, 2014; TSE, 2025). O TSE autorizou a realização da auditoria, cujos trabalhos se estenderam por todo o ano seguinte, culminando em um relatório divulgado pelo próprio PSDB que concluiu pela inexistência de fraudes no processo eleitoral (Vinhas & Prates, 2020).

Essa iniciativa, embora infrutífera em seus resultados, foi decisiva para a consolidação de um discurso de descrédito das instituições eleitorais no Brasil, marcando o início de uma oposição que se tornaria cada vez mais disruptiva. A contestação do resultado eleitoral por Aécio Neves não apenas legitimou narrativas de fraude nas urnas eletrônicas, adotadas por uma direita ressentida após sucessivas derrotas eleitorais no âmbito nacional por candidatos do PT (Vicari, 2024), mas também alimentou manifestações populares, em conjunto com o agravamento da crise econômica e com o impacto da Operação Lava Jato (Singer et al., 2019).

2.2 A Campanha de 2018

O período entre as eleições de 2014 e de 2018 foi um dos mais conturbados da história do país. Em 2016, em meio a uma intensa revolta e popular encabeçada por setores empresariais e camadas médias conservadoras (Bastos, 2017), a então Presidente da República, Dilma Roussef, sofreu um impeachment cujo processo mobilizou extensamente apoiadores e críticos do governo vigente em atos contrários e a favor da medida (Morigi, 2018), contribuindo para a intensificação do processo de polarização política que serviria como plano de fundo para as eleições de 2018 e para um enfraquecimento da manutenção do sistema democrático brasileiro (ibidem). Segundo Dias, Von Bülow e Gobbi (2021, p.7), “A campanha de impeachment foi fundamental para fortalecer os laços entre os grupos e ampliar os limites desse campo emergente”. Surgiram, então, nessa época, uma gama de organizações de direita voltadas para protestos, como o Movimento Vem Pra Rua, o MBL, Endireita Brasil, entre outros.

Concomitantemente, ocorriam, no mesmo ano, as eleições estadunidenses de 2016, caracterizadas pelo aumento do uso das redes sociais como instrumento de comunicação política, bem como pelo uso da desinformação como elemento estratégico político e, após a eleição do candidato, como uma política pública oficial (Silveira, 2020). Esse processo eleitoral deflagraria uma tendência que, nos dois anos seguintes, seria refletida e definiria o resultado do pleito de 2018 no cenário brasileiro.

Ao longo de 2017, houve um alto engajamento de histórias falsas compartilhados nos principais sites de redes sociais a respeito dos candidatos viáveis para as eleições do ano seguinte, especialmente em relação à Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, que lideravam às intenções de voto naquele momento (Ferreira, 2018).

Em 2018, o então principal candidato cotado a concorrer ao pleito de 2018 pelo Partido dos Trabalhadores, Lula, foi preso em abril de 2018, condenado em duas instâncias em um escândalo de corrupção que envolvia a compra de um imóvel triplex em Guarujá. Neste mesmo período, Jair Bolsonaro adotou uma campanha baseada na comunicação através das redes sociais digitais, de maneira direta (Iasulaitis e Vicari, 2021) e não institucionalizada (Azevedo Jr., 2021) com o eleitorado, que estruturou um sofisticado aparato de desinformação, mobilizando múltiplas plataformas para veicular versões dos fatos alinhadas a seus objetivos políticos, num “contínuo bombardeio de (des)informação que oblitera os fatos sob uma narrativa verossímil, mas não necessariamente factual” (Azevedo Jr., 2021, p. 84).

Esse ecossistema de narrativas e forma de comunicação foi prontamente adotado e amplificado por suas bases de apoio, contribuindo para a formação de um movimento social (Ferrari, 2024; Valle, 2021), dotado de retórica (Valle, 2021), alinhamento ideológico (Rennó, 2022) e projeto político (ibidem) próprio, bem como para a extensa mobilização social e digital de seus apoiadores. Embora Bolsonaro seja uma figura central nesse movimento comumente denominado de bolsonarismo, trata-se de uma base que não se resume a uma massa desorganizada e dependente exclusivamente de sua liderança: como apontam von Bülow e Abers (2021), as tecnologias digitais possibilitam novas formas de intermediação política que ocorrem fora do sistema partidário, permitindo que o bolsonarismo se articule de maneira autônoma em torno de uma orientação ao conflito que emana não apenas do líder, mas do próprio movimento.

Finalmente, em 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi então eleito com 55% dos votos válidos, assumindo a presidência da República no dia 1 de janeiro de 2019. Mesmo após sua vitória, Bolsonaro continuou acusando a ocorrência de fraude eleitoral nas eleições de 2018, alegando que teria sido vitorioso já no primeiro turno, mesmo sem provas substanciais (CNN, 2020).

Durante seu governo, foram notáveis os ataques à constituição e, conseqüentemente, os diversos embates com o Supremo Tribunal Federal (Rennó, 2022), que se tornava cada vez mais responsivo contra as críticas anticonstitucionais do ex-Presidente (Vieira, Glezer e Barbosa, 2023).

Um episódio emblemático ocorreu em 13 de junho de 2020, durante a escalada dessas ofensivas: militantes bolsonaristas mascarados e armados do grupo “300 do Brasil”, sob coordenação de Sara Winter, montaram um acampamento na Esplanada dos Ministérios e marcharam em direção ao edifício do STF, disparando fogos de artifício contra sua fachada como “advertência” e proferindo ameaças diretas aos ministros, especialmente ao relator Alexandre de Moraes. Segundo relatos da própria Winter, ela teria recebido orientações do então ministro do GSI, Augusto Heleno, para redirecionar ataques ao STF e reforçar a mobilização contra a Corte (UOL, 2021).

Durante seu governo, além das diversas manifestações anticonstitucionais e embates com o poder judiciário, Bolsonaro atacou gravemente a democracia a cada 23 dias (O GLOBO, 2023). Rennó (2022), por esses motivos, alertava sobre a possibilidade do não reconhecimento de uma possível derrota eleitoral nas eleições de 2022:

As eleições de 2022 são marcadas pelo risco de mais desgastes das instituições democráticas – com profundos e continuados questionamentos da lisura de nosso processo eletrônico de contagem de

votos. São eleições com alto potencial de violência e turbulência, com amplas chances de seu resultado ser rejeitado e questionado pelos perdedores e ameaças significativas de erupção de movimentos que questionam a integridade do processo (p.148).

Fortalecendo ainda mais as expectativas de um processo eleitoral turbulento, viu-se, em 2020, após a derrota do candidato à reeleição à presidência dos Estados Unidos da América, Donald Trump, a invasão de apoiadores do candidato ao Capitólio, sede do poder legislativo federal americano, mobilizados através das mídias sociais por discursos que alegavam fraude eleitoral e teorias da conspiração (Wendling, 2023; Soto-Vásquez & Sánchez-Santos, 2022). A similaridade entre a ideologia política e as estratégias de governança, campanha e comunicação de Jair Bolsonaro e Donald Trump (Baptista, Hauber e Orlandini, 2022; Baronas e Ponsoni, 2018; Ituassu et al., 2019; Iasulaitis e Vieira, 2022), bem como de sua base de apoio e capacidade de mobilização social (Ozawa et al., 2024; McKenna e O'Donnell, 2024).

E, conforme previsto, o processo eleitoral de 2022 no Brasil transcorreu sob um clima de grande tensão política e institucional. O próprio presidente da República, acompanhado por uma parcela expressiva de ministros, secretários, parlamentares aliados e outros atores institucionais, engajou-se em práticas de ativismo exercidas a partir do interior do aparato estatal - entendido, nos termos de Abers (2021), como a promoção de ideias que desafiam ou sustentam instituições responsáveis por estruturar as relações de poder. Esse ativismo institucional incentivou respostas e ações coordenadas por movimentos, grupos e indivíduos da sociedade após a derrota de Jair Bolsonaro, que encontraram sua expressão mais extrema na manifestação violenta ocorrida nas ruas em 8 de janeiro.

Desde o início de 2022 até o período eleitoral, a campanha bolsonarista foi marcada por recorrentes manifestações de caráter antidemocrático. Em julho, o então presidente Jair Bolsonaro apresentou a embaixadores estrangeiros uma série de acusações sobre supostas falhas no sistema eletrônico de votação, declarações que foram prontamente desmentidas pelas autoridades eleitorais (Comprova, 2020) e que, mais tarde, contribuíram para sua inelegibilidade até 2030 (Nicas, 2023). No decorrer da campanha, seus comícios passaram a ser dominados por denúncias infundadas de fraude eleitoral e por apelos à intervenção militar, amplamente disseminados nas redes sociais por meio de hashtags como #SOSForçasArmadas.

Próximo ao primeiro turno, Bolsonaro publicou uma nota em que alegava ter identificado irregularidades no processo eleitoral conduzido pelo TSE, sem, no entanto,

apresentar provas - alegações que foram classificadas pelo Tribunal como falsas e com potencial de desestabilizar o pleito. Após o segundo turno, em 22 de novembro de 2022, Bolsonaro entrou com um pedido para invalidar os votos registrados em urnas eletrônicas que, segundo ele, não possuíam determinados códigos de identificação. A solicitação foi rejeitada pelo TSE, que também aplicou uma multa à legenda por litigância de má-fé (Recuero e Bastos, 2023).

Após a derrota para o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Bolsonaro praticamente desapareceu da vida pública, incluindo das redes sociais, um de seus principais canais de comunicação. Uma grande parte do movimento social bolsonarista, porém, continuaria a mobilização contra as supostas fraudes eleitorais e a favor de uma “intervenção militar constitucional”, que provinha de uma interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição Brasileira de 1988 (Comprova, 2022). Ações provenientes desses protestos incluíram diversos protestos, bloqueios em rodovias, acampamentos em frente aos quartéis militares e uma tentativa de atentado com bomba no aeroporto de Brasília (Alcântara, 2023).

Essas manifestações ocorreram, também, no meio digital. Keulenaar et al. (2023, apud Recuero e Bastos, 2023) ao coletarem postagens de diversas redes sociais digitais, como Twitter, o Facebook e Instagram associados à campanha eleitoral de Bolsonaro, encontraram um alto e súbito aumento nas chamadas por intervenção militar e falsas alegações de fraude eleitoral no período pós-eleitoral. O mesmo ocorreu nos aplicativos de mensageria, como Whatsapp e Telegram (Ferrari, 2024).

A compreensão do panorama apresentado tem como objetivo situar os atos antidemocráticos de 2023 como parte de um processo de fragilização e ataque às instituições democráticas que ocorre desde meados da década passada, tanto através de atores institucionais, como de uma mobilização social intensa, fortemente influenciada por Jair Bolsonaro, mas, sobretudo, independente dele.

2.3 Bolsonarismo e a extrema-direita

A extrema direita constitui um conceito notoriamente problemático no debate acadêmico, em razão da grande heterogeneidade empírica dos fenômenos que busca abarcar. Já em meados da década de 1990, Cas Mudde identificava a existência de ao menos 26 definições do tipo *checklist*, as quais enumeravam um conjunto bastante diverso de atributos que determinadas manifestações ideológicas deveriam apresentar para serem classificadas como extrema direita. No total, essas definições mobilizavam 58

características distintas, das quais apenas cinco apareciam em pelo menos metade dos trabalhos analisados: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia e defesa de um Estado forte (Mudde, 1995, p. 206).

Abordagens dessa natureza, contudo, enfrentam um problema clássico de formação conceitual: quanto mais concretos e numerosos são os atributos utilizados para definir um conceito, menor tende a ser sua extensão empírica, restringindo excessivamente os casos abrangidos (Sartori, 1970). Em sentido oposto, tentativas de definir a extrema direita a partir de uma única característica acabam por produzir conceitos excessivamente abrangentes, com baixa densidade analítica e reduzida dimensão conotativa, dificultando distinções substantivas entre fenômenos distintos (Kaysel e Bianchi, 2025).

A essas dificuldades soma-se o fato de que os critérios utilizados para definir a extrema direita no Norte Global, de onde surgem grande parte das definições, não se reproduzem de maneira automática ou homogênea no Sul Global. Como observam Kaysel e Bianchi (2025, p.5),

“quando submetidas ao teste empírico das realidades na periferia do capitalismo, os problemas dessas definições, criadas para estudar os casos europeus e estado-unidense, tornam-se evidentes. Questões-chave na ideologia política das extremas direitas na Europa, como o discurso anti-imigrantes, são apenas secundárias, ocasionais ou estão até mesmo ausentes na América Latina”.

Sob este cenário, será adotada, para essa dissertação, uma concepção de extrema-direita baseada na de Cas Mudde (2019), com adaptações para compreender o caso brasileiro. Em seguida, discutiremos o bolsonarismo como parte desta vertente, com base nas quatro vertentes ideológicas discursivas propostas por Kaysel e Bianchi (2025).

Em “*The Far Right Today*”, Mudde (2019) utiliza o termo “*far right*”, que será traduzido, aqui, como ultradireita, para descrever a direita antissistema, ou seja, aversa à democracia liberal, que se tornou amplamente aceita no debate público em diversos espaços na última década após uma sucessão de crises que beneficiaram o crescimento progressivo do eleitorado. Entretanto, enquanto o autor cita o ataque das torres gêmeas, a recessão de 2008 e a crise dos refugiados de 2015 como fatores determinantes para esse aumento de popularidade, o caso brasileiro foi mais afetado pelos acontecimentos descritos na primeira subseção deste capítulo.

Dentro do campo heterogêneo da ultradireita, o autor cita que existem duas vertentes distintas: a direita radical, ou “*radical right*”, que é mais integrada ao

mainstream, e a extrema direita, ou “*extreme right*”. A primeira opera dentro das instituições democráticas formais e participa do jogo eleitoral, mas apresenta um caráter iliberal: combina nativismo, tendências autoritárias e hostilidade a direitos de minorias e ao Estado de direito, além de frequentemente se sobrepor ao populismo. A segunda, por sua vez, caracteriza-se por rejeitar os princípios basilares da democracia liberal: igualdade política, pluralismo e regras básicas do jogo eleitoral, e por adotar um horizonte abertamente antidemocrático que é, por vezes, revolucionário, com disposição para a violência política, e tende à normalização no espaço público.

Ainda segundo o autor, as principais características ideológicas da ultradireita são o autoritarismo, o nativismo e, em menor grau, o populismo, que impactam e definem a formulação e contestação de políticas por parte dos atores deste campo. O autoritarismo manifesta-se na preferência por líderes fortes, pela ordem social estrita e por medidas de “lei e ordem” que restringem direitos em nome da segurança social.

Já o nativismo, por sua vez, consiste em uma forma de nacionalismo exclusiva que reivindica o pertencimento do Estado ao “grupo nativo” e fundamenta políticas hostis a imigrantes e outras minorias. Entretanto, no caso brasileiro, essa dimensão não se expressa prioritariamente por meio de um discurso anti-imigração, como ocorre em grande parte dos contextos europeus.

Para a presente dissertação, o nativismo será compreendido a partir da adaptação proposta por Sanahuja e Burian (2020; 2023), que argumentam que, na América do Sul, a articulação entre nacionalismo e xenofobia assume contornos distintos, sendo substituída, em muitos casos, por uma combinação entre nacionalismo e soberanismo. Este último é entendido como uma recusa ou deslegitimação daquilo que é percebido como “forâneo” ou “diverso”, incluindo atores internacionais, instituições multilaterais, elites cosmopolitas e valores associados a agendas consideradas exógenas, permitindo captar de forma mais precisa as especificidades regionais do fenômeno.

Por fim, o populismo é compreendido por Mudde (2006) como uma “ideologia fina”, capaz de subordinar diferentes demandas a um conflito binário central, marcado pelo antagonismo entre um “povo puro” e uma “elite corrupta”, no qual a política passa a ser concebida como a expressão da vontade geral do povo, entendida como homogênea e moralmente superior.

A partir da concepção de Mudde, o movimento bolsonarista compreende tanto a extrema-direita quanto a direita radical. Conforme aponta Ferrari (2024, p. 43),

A caracterização da direita radical ficou visível em diversos momentos desde a sua campanha eleitoral em 2018, em que Bolsonaro e os atores institucionais que o cercam deram demonstrações ostensivas de rejeição ao Estado de Direito e à separação de poderes. As constantes tensões que marcaram a relação do Executivo com o Legislativo e, principalmente, com o Judiciário são um exemplo. Nas eleições de 2022, o Judiciário, representado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi articulado como um dos inimigos principais do bolsonarismo. Tanto pelo líder e pelos atores institucionais como pela massa anônima de apoiadores. Já a caracterização do extremismo pode ser observada tanto na movimentação de baixo para cima, com a atuação clara e autônoma de alguns apoiadores, quanto de cima para baixo, com foco na atuação de atores do topo da cadeia, i.e. militares.

Concomitantemente, o bolsonarismo se enquadra conceitualmente na definição de ultradireita adotada nesta dissertação porque articula, ideologicamente, o autoritarismo, o nativismo e o populismo através de suas vertentes discursivas, conforme propostas por Kaysel e Bianchi (2025). A dimensão autoritária, conforme definida por Mudde (2019), é mobilizada principalmente pelas vertentes discursivas do neofascismo e do autoritarismo militar.

O discurso neofascista, antidemocrático, antiliberal e anti-igualitário, é representado por agrupações ou indivíduos que reivindicam o pertencimento, ou cujas ideias possam ser diretamente remetidas, à herança ideológica do fascismo histórico (Traverso, 2021). Nessa direção, cabe destacar a existência de uma miríade de agrupamentos e células extremistas de variada índole, neointegralistas, neonazistas, supremacistas, etc., que se acomodaram sob o guarda-chuva político e simbólico da liderança nacional de Jair Bolsonaro. Além disso, poderíamos incluir sob essa categoria a publicística de extrema-direita do falecido intelectual tradicionalista Olavo de Carvalho, bastante influente junto ao próprio círculo familiar do ex-presidente e em áreas-chave do governo, caso da política externa sob a gestão de Ernesto Araújo (2019-2021), acima referido (Kaysel e Bianchi, 2025, p. 8).

O autoritarismo militar (Kaysel e Bianchi, 2025), ou conservadorismo autoritário (Chaloub, 2023), refere-se a uma matriz ideológica que combina a defesa de valores conservadores com a rejeição explícita dos fundamentos do pluralismo democrático, privilegiando a autoridade, a hierarquia e a ordem como princípios organizadores da vida social e política. Trata-se de uma orientação antidemocrática e anti-igualitarista, historicamente dominante na caserna, que concebe as instituições representativas como frágeis ou incapazes de garantir a estabilidade social, legitimando, assim, a centralização do poder, a tutela militar sobre a política e a deslegitimação de opositores.

O nativismo, conforme definido no presente trabalho, encontra respaldo em uma literatura recente que analisa o bolsonarismo a partir da adaptação conceitual ultradireita ao contexto brasileiro. Rovira Kaltwasser e Taggart (2022) demonstram que, embora o discurso anti-imigração não ocupe posição central no caso brasileiro, o bolsonarismo mobiliza uma lógica nativista funcional ao construir a identidade nacional como ameaçada por agentes internos associados a valores percebidos como exógenos, como o cosmopolitismo liberal, a agenda de direitos humanos e pautas identitárias.

De forma convergente, Tanscheit (2023) argumenta que Jair Bolsonaro apresenta um nativismo adaptado, expresso não pela xenofobia clássica, mas pela defesa de uma comunidade nacional homogênea e moralmente superior, contraposta a elites, minorias e instituições vistas como alheias aos “valores do povo brasileiro”. Por sua vez, Ricci e Venturelli (2023) evidenciam empiricamente que o discurso presidencial articula nacionalismo e soberanismo, enfatizando a rejeição a atores internacionais, organismos multilaterais e normas globais, o que reforça a compreensão do nativismo como recusa do “forâneo” e legitima a centralidade da soberania nacional como eixo estruturante do bolsonarismo.

Esses elementos do nativismo também encontram respaldo na vertente ideológica neofascista que compõe o bolsonarismo, especialmente por meio do ultranacionalismo e da rejeição violenta ao comunismo (Bianchi, 2024), que operam como mecanismos centrais de definição do “outro” ameaçador. Nessa chave, o comunismo é construído como um significante agregador de tudo aquilo que é percebido como externo, diverso ou corrosivo à identidade nacional, funcionando como eixo de unificação do antagonismo político.

Como observa Daniel de Mendonça (2023), o significante “comunismo” assume, no bolsonarismo, o papel de negação exógeno de todos os momentos articulados pela cadeia de equivalências do movimento: Religião e família cristã, liberdade individual e patriotismo/nacionalismo.

Assim, o bolsonarismo se afirmaria como defensor da “família cristã” contra o “comunismo ateu”, da liberdade individual contra o “totalitarismo comunista” e, no limite, da identidade e das cores nacionais ameaçadas, por meio do conhecido bordão “nossa bandeira jamais será vermelha” (Mendonça, 2023, p. 325).

A questão do populismo, embora de menor importância para Mudde na definição das ultradireitas, traz consigo uma maior complexidade no debate. Enquanto uma ampla gama de autores defende que o bolsonarismo trata-se de um populismo sob alguma de

suas definições¹ (Rennó, Avritzer e Carvalho, 2021; Bülow e Abers, 2022; Silva e Rodrigues, 2021; Couto, 2023; Mendonça e Caetano, 2021; Lynch e Cassimiro, 2022; Venturelli, 2024), a validade da utilização dessa categoria para caracterizá-lo o vem sendo disputada (Mendonça, 2023; Feres Júnior, Cavassana e Gagliardi, 2023; Kaysel e Bianchi, 2025).

Entretanto, embora o bolsonarismo possa não se adequar estritamente à definição de Mudde do populismo, especialmente pela fragmentação da categoria “povo” em seu discurso (Mendonça, 2023; Feres Júnior, Cavassana e Gagliardi, 2023), é notável a presença do reducionismo e antagonismo como características comunicacionais do movimento.

2.4. O Twitter e o Ativismo Digital

A crescente centralidade das plataformas de mídias sociais digitais na política contemporânea tornou o ativismo digital uma estratégia fundamental para movimentos políticos, em especial aqueles ligados à ultradireita populista. Para esta pesquisa, adota-se a definição proposta por von Bülow, Gobbi e Dias (2021, p. 313), segundo a qual o ativismo digital é "o conjunto de práticas de indivíduos e/ou coletivos que têm como objetivo promover publicamente causas contenciosas por meio de processos de apropriação e/ou transformação de tecnologias digitais". Nesse sentido, as mídias sociais funcionam não apenas como instrumentos de comunicação e mobilização, mas como espaços estruturantes da ação coletiva.

Ao longo da última década, a ultradireita vem aperfeiçoando sua atuação nas redes por meio da produção e disseminação de conteúdos que mobilizam afetos, desinformação e discursos antissistema. Marwick e Lewis (2017) destacam que subculturas da extrema-direita têm se aproveitado das vulnerabilidades do ecossistema digital para maximizar a visibilidade de suas mensagens: "a internet oferece oportunidades de colaboração, comunicação e produção entre pares, que esses grupos utilizam para expandir a audiência de seus discursos e infiltrar sua ideologia no debate público" (p. 4). Esses mecanismos são frequentemente empregados para fins meta-políticos, ou seja, com o objetivo de moldar o imaginário político-cultural, corroendo valores democráticos e naturalizando

¹ O populismo é um conceito essencialmente contestado, com definições variando entre cada contexto de utilização e autor. As três principais abordagens são: populismo ideacional, defendida por Mudde, populismo como estilo de liderança, proposto por Pierre Rosanvallon e populismo como prática discursiva, sustentada por Ernesto Laclau.

concepções e narrativas autoritárias e excludentes sob o disfarce da liberdade de expressão e da resistência ao “*establishment*” (Norocel, 2022; Maly et al., 2025).

No contexto internacional, o caso da invasão ao Capitólio dos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021, ilustra de forma paradigmática o papel central das redes sociais na mobilização para atos antidemocráticos. Segundo Wang (2023), as mídias sociais foram um dos principais fatores motivadores para o ataque, ao proporcionarem a difusão massiva de teorias da conspiração e alegações infundadas de fraude eleitoral. Ele argumenta que as plataformas digitais, ao empregarem algoritmos baseados em popularidade, tendem a privilegiar conteúdos sensacionalistas e polarizadores, criando ambientes favoráveis à radicalização. A desinformação, nesse cenário, emerge como ator central, articulando redes de convencimento e de mobilização que escapam à lógica institucional da política tradicional.

A política contenciosa de atores nativistas e ultradireitistas em diferentes partes do mundo reforça, portanto, a importância de compreender a ação coletiva desses grupos para além da figura do líder. Como observa Ferreira (2024), o sucesso desses movimentos não reside apenas no carisma de seus representantes, mas na capacidade de articulação em rede, na apropriação estratégica das tecnologias digitais e na sustentação de causas contenciosas por meio de repertórios discursivos adaptáveis a distintos contextos sociopolíticos.

2.5 Teoria de Movimentos Sociais e Enquadramentos de Ação Coletiva

O bolsonarismo opera, portanto, como um movimento social dotado de identidade coletiva, repertório discursivo próprio e capacidade de mobilização autônoma em relação ao seu líder, características que tornam indispensável analisar o conteúdo produzido por seus apoiadores para compreender a lógica dos atos de 8 de janeiro. Di

Na presente pesquisa, o discurso do movimento será interpretado em seus próprios termos, buscando compreender como suas reivindicações e performances simbólicas se articulam dentro do contexto social específico em que emergem e a transformação social e política proposta pelo movimento. A análise levará em consideração, especialmente, o cenário polarizado das mídias sociais e a presença do discurso populista de Jair Bolsonaro, figura central nos acontecimentos do 8 de janeiro de 2023. Nesse sentido, as manifestações digitais serão examinadas como expressões discursivas de um movimento

que mobiliza elementos típicos da ação coletiva, ainda que voltados para fins antidemocráticos.

Para tal, o elemento de enfoque a ser considerado na análise do conteúdo são os enquadramentos, compreendidos como mecanismos interpretativos através dos quais indivíduos e coletividades dão sentido a eventos, experiências e situações. Em termos comunicacionais, os enquadramentos podem ser entendidos como um mecanismo pelo qual um texto ou discurso influencia a audiência, moldando a opinião pública, as preferências políticas e até mesmo a mobilização de movimentos sociais (Benford e Snow, 2000; Chong e Druckman, 2007).

Ao condensar e organizar aspectos fragmentados da realidade, os enquadramentos não apenas traduzem o mundo “lá fora”, mas o fazem de maneira orientada, estrategicamente direcionada a sustentar visões específicas e mobilizar respostas práticas e afetivas (Goffman, 1974). Entman (1993), de maneira seminal, define enquadrar como o ato de “selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e uma recomendação de tratamento para o item descrito” (p. 52, tradução própria). De forma complementar, Mendonça e Simões (2022) concebem os enquadramentos como “pacotes interpretativos que articulam significados, lançando luz sobre alguns elementos específicos da realidade, enquanto obscurecem outros” (p. 345).

Assim, os enquadramentos operam como estruturas simbólicas centrais na mediação entre discurso e ação, ao organizarem a experiência social de maneira seletiva, estratégica e valorativa. Seja enquanto mecanismos cognitivos que atribuem sentido ao mundo social, seja como ferramentas comunicacionais capazes de influenciar percepções e mobilizar coletividades, os enquadramentos revelam seu papel fundamental na construção de realidades políticas.

No contexto de ações coletivas, esse processo de significação se intensifica e ganha contornos políticos claros. É nesse ponto que se insere a noção de enquadramento de ação coletiva, desenvolvida por Benford e Snow (2000), como um conjunto de crenças, interpretações e significados compartilhados que inspiram, legitimam e orientam as campanhas e práticas de movimentos sociais.

Tais enquadramentos cumprem uma função central de mediação simbólica, ao simplificar e orientar realidades sociais complexas com vistas à mobilização de apoiadores, conquista de legitimidade pública e deslegitimação de opositores (Snow,

Vliegthart e Ketelaars, 2019). Em vez de refletirem percepções isoladas ou espontâneas, os enquadramentos de ação coletiva são frutos de processos coletivos de construção de sentido, nos quais significados são disputados, negociados e sedimentados para conferir coerência e urgência à ação.

Os enquadramentos de ação coletiva podem ser diagnósticos, prognósticos e motivacionais (Benford e Snow, 2000). O enquadramento diagnóstico diz respeito à identificação de um problema social, assim como à atribuição de responsabilidade ou culpa - ou seja, quem ou o que está por trás da situação que se busca transformar.

No caso do movimento bolsonarista, o discurso de fraude eleitoral surge de forma proeminente no enquadramento diagnóstico no período eleitoral de 2022 nos aplicativos de mensageria WhatsApp e Telegram (Ferrari, 2024). A retórica da fraude nas urnas eletrônicas serviu como estrutura interpretativa central para a mobilização bolsonarista, funcionando como mecanismo simbólico que denunciava uma suposta ameaça à democracia brasileira.

Segundo a análise de Vicari (2024), essa narrativa foi sistematicamente alimentada desde 2014 e atingiu seu ápice nas eleições de 2022, quando a campanha de Jair Bolsonaro se apropriou do discurso de desconfiança para questionar a legitimidade do processo eleitoral, mesmo após sua vitória em 2018. A autora demonstra que essa narrativa foi intensamente disseminada nas redes sociais, especialmente por meio de desinformações que alegavam falta de auditabilidade das urnas, manipulação das pesquisas eleitorais e interferência de instituições no resultado das eleições.

Além da acusação de uma suposta fraude eleitoral, o enquadramento diagnóstico do movimento bolsonarista durante o período eleitoral de 2022 incluiu a identificação de instituições como o TSE - e, em especial, de seu presidente, o ministro Alexandre de Moraes - como os principais responsáveis pela injustiça percebida (Ferrari, 2024).

No período posterior, o enquadramento diagnóstico apareceu menos frequentemente, mas ainda com grande enfoque na acusação de fraudes nas urnas e no processo eleitoral e na antagonização ao poder judiciário (Ibidem).

O enquadramento prognóstico, por sua vez, refere-se à proposição de soluções para o problema identificado, bem como à especificação das estratégias de ação e dos alvos da mobilização coletiva. Ele não apenas delineia o que deve ser feito, mas também como deve ser feito e por quem, orientando os repertórios de ação e oferecendo um roteiro interpretativo para os participantes. Segundo Benford e Snow (2000), esse tipo de enquadramento é essencial para transformar o diagnóstico em ação concreta, pois fornece

direção estratégica e contribui para a construção de um plano coletivo de enfrentamento. Além disso, o enquadramento prognóstico ajuda a reforçar a coesão interna do movimento ao criar uma visão compartilhada de futuro e um senso de eficácia na luta.

Conforme o trabalho de Ferrari (2024), o enquadramento prognóstico do movimento bolsonarista apresentou variações significativas entre o período eleitoral e o pós-eleitoral nos aplicativos de mensageria analisados. Durante o período eleitoral, esse tipo de enquadramento surgiu com menor frequência e esteve centrado em propostas como a contagem paralela dos votos, a fiscalização das urnas eletrônicas, o impeachment dos ministros do STF, o envolvimento das Forças Armadas no processo eleitoral e a defesa do retorno do voto impresso - soluções que, embora já contestatórias, ainda operavam dentro de uma lógica institucional.

No entanto, após a realização do segundo turno e a confirmação da derrota de Jair Bolsonaro, o enquadramento prognóstico se intensificou e passou a incluir soluções mais radicais e abertamente antidemocráticas. Nesse segundo momento, tornaram-se proeminentes as propostas de protestar e permanecer acampado em frente a quartéis, ocupar ruas e espaços públicos, manter a pressão em Brasília, exigir uma intervenção federal ou militar, defender o impeachment ou a prisão de ministros do STF e bloquear rodovias como forma de paralisar o país e forçar uma ruptura institucional. Tais soluções indicam um deslocamento do repertório estratégico bolsonarista para formas de ação direta, muitas vezes incompatíveis com a legalidade democrática.

Por último, o enquadramento motivacional diz respeito aos apelos à ação coletiva, funcionando como um componente mobilizador que fornece as razões e justificativas morais, emocionais e práticas para que os indivíduos participem de uma causa. Segundo Benford e Snow (2000), trata-se da dimensão responsável por gerar o engajamento efetivo dos aderentes, convocando-os a agir com base em sentimentos de urgência, indignação, dever cívico ou esperança. Esse enquadramento é fundamental para transformar o diagnóstico do problema e a proposta de solução em ação concreta, ao criar um senso de responsabilidade coletiva e incentivar a superação da apatia.

Ferrari (2024) identifica a presença de enquadramentos motivacionais tanto no período eleitoral quanto no pós-eleitoral de 2022, com diferenças significativas em seus conteúdos e intensidades. Durante o período eleitoral, as manifestações motivacionais centravam-se principalmente em ações virtuais, como o compartilhamento de posts, assinatura de petições, entrada em grupos e a disseminação de comprovantes de votação. Também foram observadas expressões de estranhamento com relação ao resultado das

urnas, acompanhadas de elogios a ações realizadas por grupos endógenos ao movimento, buscando transmitir uma sensação de vitória e alimentar o moral da base. Além disso, o processo de construção de identidade coletiva foi estimulado por meio de discursos que reforçavam a coesão e a legitimidade do grupo.

Já no período pós-eleitoral, o enquadramento motivacional tornou-se mais direto e enfático, apelando à participação em ações nas ruas e ao engajamento contínuo no ambiente digital. A autora destaca, ainda, pedidos recorrentes de doações financeiras e logísticas para sustentar as mobilizações, bem como elogios a grupos organizados que atuavam nos bloqueios e acampamentos, reforçando positivamente características culturais do movimento. Notou-se também a expressão de frustração com o número de pessoas efetivamente mobilizadas, o que indica uma tentativa de pressionar e constranger os indecisos, fortalecendo o senso de urgência e comprometimento entre os simpatizantes.

Diversos autores posteriores citam, também, um outro tipo de enquadramento de ação coletiva, que se difere dos três clássicos propostos por Benford e Snow (2000) e explicitados anteriormente: o enquadramento identitário (Gamson, 1992; Della Porta & Diani, 2015; Melucci, 1996). Gamson (1992), utilizando uma terminologia distinta daquela empregada por Benford e Snow, define três dimensões fundamentais nos processos de significação coletiva: injustiça, que corresponderia ao enquadramento diagnóstico por identificar um problema e atribuir culpa; agência, associada às dimensões prognóstica e motivacional, por mobilizar a crença de que a ação coletiva pode produzir mudanças; e identidade, responsável por delimitar quem são os participantes do movimento - o “nós” - em contraste com um grupo antagonista - o “eles” - que representaria interesses ou valores distintos.

Contudo, é importante destacar que a relação terminológica e conceitual entre esses enquadramentos ainda é objeto de debate na literatura. Benford e Snow (2000), por exemplo, argumentam que nem todo enquadramento diagnóstico exige necessariamente a presença de uma percepção de injustiça, e que elementos identitários estão frequentemente embutidos na dimensão motivacional, já que os apelos à ação tendem a se apoiar em vínculos de pertencimento e solidariedade grupal. Essa divergência revela não apenas abordagens teóricas distintas, mas também diferentes ênfases analíticas sobre como os movimentos constroem sentido, coesão e mobilização em contextos variados.

Diante das divergências conceituais presentes na literatura, o presente trabalho opta por tratar a dimensão identitária de forma separada da dimensão motivacional, reconhecendo sua especificidade analítica no contexto dos enquadramentos de ação

coletiva. Para os fins desta pesquisa, o enquadramento identitário será entendido como “o processo de definição de um “nós”, tipicamente em oposição a um “eles”, que têm interesses ou valores diferentes” (Gamson, 1992, p. 7, tradução própria). Essa decisão visa aproximar o debate sobre enquadramento identitário da noção de populismo discursivo, uma vez que ambos compartilham como núcleo a construção de fronteiras simbólicas entre grupos antagônicos e a formação de uma identidade coletiva em oposição a um “outro” deslegitimado.

O conceito de populismo discursivo, entendido aqui como uma forma de “ideologia fina”, capaz de ser anexada por outros elementos ideológicos e que opõe um “povo puro” a uma “elite corrupta”, personificando a vontade popular em um líder carismático (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017; Hawkins, 2010; Müller, 2016).

Ademais, o diálogo entre o conceito de populismo e os enquadramentos de ação coletiva já está presente na literatura recente. Dias, Von Bülow e Gobbi (2021), por exemplo, identificam a presença de mecanismos de enquadramento de natureza populista nas narrativas produzidas por organizações de direita que exigiam o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, destacando a centralidade da oposição simbólica entre um “povo virtuoso” e uma “elite corrupta”.

Esse tipo de enquadramento, cuja uma das características essenciais é a centralidade do antagonismo, especialmente no enquadramento diagnóstico, é retomado por Ferrari (2024), que observa, em sua análise das mensagens compartilhadas em aplicativos de mensageria no período pós-eleitoral de 2022, a mobilização recorrente da figura do inimigo e o uso de um enquadramento populista de natureza antagonista, nos termos propostos por Dias, Von Bülow e Gobbi (2021). A autora evidencia como tal enquadramento foi um elemento estruturante do discurso bolsonarista nesse contexto, reforçando a pertinência de articular os enquadramentos de ação coletiva com a teoria do populismo discursivo em análises de movimentos sociais contemporâneos.

Aslanidis (2018), por sua vez, argumenta que a relação entre as literaturas de populismo e de enquadramentos de ação coletiva é ainda mais profunda e estrutural do que normalmente reconhecido. Segundo o autor, o populismo pode ser compreendido como um *master frame* de ação coletiva, capaz de articular uma identidade inclusiva do “povo” em oposição a elites políticas e econômicas percebidas como corruptas e usurpadoras da soberania popular.

Segundo Benford e Snow (2000), um *master frame* consiste em um tipo de estrutura interpretativa ampla, inclusiva, flexível e culturalmente ressonante, capaz de

transcender movimentos específicos e orientar diversos grupos em diferentes contextos de mobilização. Eles afirmam que, ao contrário dos *organizational frames*, que são próprios de um único movimento ou organização, os master frames apresentam escopo interpretativo suficientemente geral para serem adotados, adaptados ou apropriados por múltiplos movimentos sociais, funcionando como uma espécie de “algoritmo interpretativo” transversal.

Em sua análise de movimentos transnacionais surgidos durante a Grande Recessão - como os indignados na Espanha e na Grécia e o Occupy Wall Street nos Estados Unidos - Aslanidis (2018) mostra como o enquadramento populista, ao condensar diagnósticos, prognósticos e construções identitárias, funcionou como um esquema interpretativo abrangente, altamente adaptável a diferentes contextos e eficaz na mobilização de coalizões amplas e heterogêneas. Ao propor que o populismo opera como um *master frame* elaborado, o autor amplia o escopo analítico da teoria dos enquadramentos e destaca sua centralidade para entender ciclos de mobilização contemporâneos.

Pode-se confundir, entretanto, pelo próprio conceito de enquadramento identitário, segundo Gamson (1992), que todo movimento social ou ativismo que contiver essa dimensão é, conseqüentemente, populista. Tal leitura, embora compreensível diante da ênfase que o populismo dá à construção de identidades coletivas antagônicas, ignora a diversidade de formas pelas quais essas identidades podem ser mobilizadas.

Polletta e Jasper (2001) argumentam que a identidade coletiva não se reduz a uma oposição binária entre “nós” e “eles”, podendo assumir formas mais fluidas, estratégicas e narrativas, que reforçam pertencimentos sem necessariamente gerar exclusão ou antagonismo. Do mesmo modo, Adler (2012), ao analisar movimentos sociais no México, demonstra como enquadramentos identitários podem ser construídos com base em valores comunitários e de solidariedade, promovendo a coesão interna sem recorrer à dicotomia populista.

Assim, nem toda noção de identidade coletiva pressupõe antagonismo; há movimentos que articulam um “nós” inclusivo, orientado por princípios éticos, culturais ou universais, que não se enquadram na lógica populista de oposição direta.

O presente trabalho buscará, através de uma análise dos termos mais utilizados nos tweets positivos aos atos antidemocráticos do 8 de janeiro, compreender a mudança do enquadramento de ação coletiva no período anterior e posterior aos atos, visando compreender a proporção dos diferentes tipos de enquadramento em cada período. Posteriormente, será mobilizada a literatura referente à ultradireita e ao populismo,

conectando-se aos resultados anteriores pelo enquadramento identitário e diagnóstico, a fim de observar o fenômeno em questão através dessa lente.

3. Metodologia

3.1 Coleta de Dados

A presente pesquisa fundamenta-se empiricamente no Interfaces Twitter Elections Dataset (ITED-Br), um dos mais extensos conjuntos de dados já organizados sobre a comunicação política digital no Brasil. Esse corpus foi produzido ao longo de um ano, entre julho de 2022 e fevereiro de 2023, abarcando não apenas o processo eleitoral, mas também os eventos que culminaram nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Ao todo, a base compreende mais de 282 milhões de tweets, oferecendo um panorama abrangente das interações políticas no Twitter durante esse período (Iasulaitis et al., 2025).

A coleta dos dados foi realizada pelo grupo de pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Sylvia Iasulaitis, responsável pela construção e manutenção do Interfaces Twitter Elections Dataset (ITED-Br). No âmbito desta dissertação, partiu-se do conjunto integral do dataset coletado pelo grupo, sobre o qual foram realizados os procedimentos de recorte e organização do corpus. Em um primeiro momento, foram selecionados apenas os tweets relacionados aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. O autor da presente pesquisa foi responsável pela segmentação temporal do corpus resultante em dois períodos distintos, recorte que orientou toda a análise subsequente desenvolvida nesta pesquisa, conforme explicitado adiante.

A coleta dos dados foi realizada em três etapas fundamentais: primeiro, uma análise preliminar da estrutura da plataforma Twitter e de seu funcionamento técnico; segundo uma análise contextual e conceitual do cenário político brasileiro, que levou à criação de um modelo de coleta orientado por palavras-chave; e terceiro, a implementação prática da coleta, utilizando a API acadêmica do Twitter em conjunto com algoritmos desenvolvidos em Python, com suporte da biblioteca Tweepy. Para contornar os limites impostos pela API, foi utilizado um sistema automatizado denominado *token farm*, que alternava dinamicamente entre diferentes chaves de acesso, maximizando a extração de dados em tempo real (Iasulaitis et al., 2025).

A escolha do Twitter/X como campo empírico desta pesquisa não é arbitrária. Tufekci (2017) demonstrou que o Twitter ocupa um papel estruturalmente distinto entre as plataformas digitais no contexto de mobilizações políticas, funcionando como infraestrutura de sinalização pública por meio da qual movimentos sociais constroem visibilidade, coordenam ação coletiva e projetam capacidade organizacional para audiências externas. No contexto brasileiro, Ozawa et al. (2024) evidenciaram o papel estratégico da plataforma na articulação do bolsonarismo, identificando o Twitter como locus privilegiado de circulação de narrativas políticas radicalizadas.

A definição das palavras-chave (queries) foi resultado de um processo contínuo de análise e refinamento, considerando os acontecimentos políticos em curso. Foram empregadas três estratégias simultâneas de coleta: por termos (queries), por perfis de usuários (egos) e por tweets específicos (reposts, replies, quotes). Para fins desta pesquisa, destaca-se especialmente o conjunto de dados voltado aos atos antidemocráticos de janeiro de 2023, cuja coleta ocorreu entre 31 de dezembro de 2022 e 12 de fevereiro de 2023. A query utilizada foi cuidadosamente elaborada para capturar a variedade de discursos relacionados à tentativa de subversão da ordem democrática, incluindo termos associados às manifestações, aos grupos envolvidos e à retórica antidemocrática. A consulta foi a seguinte:

- (“Festa da Selma” OR ato OR bolsonarista OR golpe OR golpista OR baderna OR extremista OR Brasília OR “três poderes” OR invasão OR “ocupar congress” OR “atos terroristas” OR manifestação OR atentado OR patriotas OR “tomada do poder” OR guerra OR “esplanada dos ministérios” OR “congresso nacional” OR “manifestantes” OR “retomada do poder”) -ucrania lang:pt -is:retweet

Essa query excluiu termos não relacionados, como "ucrânia", filtrou apenas tweets em português e retirou retweets, com o objetivo de coletar apenas o conteúdo original e mais expressivo dos usuários. Além disso, foi realizada outra rodada de coleta, entre 31 de outubro de 2022 e 23 de fevereiro de 2023, centrada em palavras-chave como “intervenção militar”, “fraude”, “urnas” e “comunismo”, associadas à contestação da legitimidade eleitoral e à mobilização digital pró-Bolsonaro.

A coleta, portanto, foi estruturada para refletir a complexidade e o dinamismo do debate político no Twitter, respondendo aos eventos em tempo real e adaptando-se à evolução do discurso. Essa abordagem assegura que o corpus utilizado represente com

fidelidade as manifestações discursivas e as estratégias de mobilização digital que marcaram o período de crise democrática no Brasil.

Dando continuidade ao processo metodológico, após a extração dos dados com base nas queries selecionadas, foi realizada uma etapa de filtragem inicial, na qual se optou por manter apenas as colunas correspondentes ao conteúdo textual das postagens e à data de publicação. Os demais metadados foram descartados com o objetivo de otimizar o processamento e reduzir o volume de informações irrelevantes para a análise proposta. Com os dados limpos, os tweets foram então organizados em dois subconjuntos distintos: um referente ao período anterior aos atos - compreendendo os dias 5 a 7 de janeiro - e outro referente ao período posterior, abrangendo os dias 8 a 10 de janeiro.

Essa delimitação temporal baseia-se em evidências apontadas por monitoramentos jornalísticos, que identificaram um aumento expressivo nas menções ao termo “Festa da Selma” e outras palavras-chave relacionadas à invasão em Brasília já nos dias que antecederam os atos. Conforme levantamento da Agência Pública (2023), houve uma intensificação da circulação de conteúdos convocatórios e conspiratórios nas redes sociais, especialmente no Twitter, a partir do dia 5 de janeiro, quando usuários passaram a utilizar termos codificados como “Festa da Selma” para driblar mecanismos de moderação e organizar logisticamente a invasão à Praça dos Três Poderes.

Assim, a escolha do recorte entre os dias 5 e 10 de janeiro justifica-se pela necessidade de capturar tanto a escalada da mobilização nas redes quanto a reação discursiva posterior aos eventos, permitindo também uma análise comparativa das dinâmicas de engajamento antes e depois da deflagração dos atos antidemocráticos. O corpus utilizado neste estudo é, assim, composto por 1.337.606 tweets relacionados aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, sendo 288.930 publicados entre os dias 5 e 7 de janeiro e 1.048.676 entre os dias 8 e 10 do mesmo mês.

3.2 Processamento dos dados

Com o objetivo de aprimorar a qualidade do processamento textual, foi utilizado o sistema de normalização Enlvo (Bertaglia, 2016), desenvolvido especificamente para lidar com textos informais, como aqueles comumente encontrados em redes sociais. O Enlvo atua corrigindo erros ortográficos, expandindo abreviações, adaptando gírias e uniformizando a grafia das palavras, o que possibilita uma representação mais padronizada e coerente dos tweets. Essa etapa se mostrou fundamental para mitigar ruídos

linguísticos e elevar a qualidade das representações semânticas empregadas nos modelos de aprendizado de máquina, especialmente em contextos nos quais o vocabulário tende a ser altamente variável, criativo e marcado por marcas de oralidade e informalidade.

Posto isso, a presente pesquisa empregou a análise de posicionamento, uma tarefa de classificação textual pertencente ao campo do Processamento de Linguagem Natural (PLN), que tem por objetivo identificar e categorizar os posicionamentos e opiniões expressos em textos. A Detecção de Posicionamentos

consiste em identificar como o autor de determinado texto se posiciona em relação a uma proposição alvo. O posicionamento pode ocorrer de forma neutra, favorável ou contrária sobre proposições que podem tratar de uma causa, pessoa, produto, organização ou política de governo, por exemplo (Christie et al., 2018).

Apesar do avanço significativo dessa área na análise de textos supem inglês e em outros idiomas, ainda são bastante escassos os estudos de análise de posicionamento voltados especificamente para o português do Brasil (Christie et al., 2018; Dos Santos e Goya, 2023), o que se reflete na ausência de corpora amplamente anotados, léxicos de opinião nacionalmente adaptados e modelos pré-treinados focados em estruturas idiomáticas brasileiras.

Este panorama justifica a escolha metodológica deste estudo, que busca aplicar técnicas de PLN consolidadas adaptadas ao português do Brasil, fortalecendo tanto a base de recursos nacionais quanto o entendimento dos posicionamentos expressos em tweets sobre eventos políticos.

No caso deste estudo, a análise de posicionamento foi utilizada para classificar os tweets em três categorias: positivos, negativos e neutros, com base no posicionamento discursivo dos usuários frente aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e à mobilização antidemocrática que os antecedeu e os sucedeu.

A fim de estabelecer um parâmetro consistente para a rotulação, utilizaram-se os seguintes princípios:

Tabela 1: Parâmetros para a rotulação das polaridades dos Tweets

Rótulo	Parâmetro
Positivo	Tweets que exaltavam ou proclamavam discursos antidemocráticos, como fraude eleitoral, guerra civil, greve geral, alarmismos contra comunismo, exaltação

	de patriotas, ditadura do STF, e, no período posterior, tweets que também se baseavam no discurso de campos de concentração, infiltrados, morte de idosos nas detenções preventivas e outros discursos dos manifestantes que possuíam o intuito de culpabilizar outros atores como responsáveis.
Neutro	Tweets sem relação com o assunto, tweets informativos, tais quais os advindos de portais de notícias, que não utilizavam juízo de valor e tweets que possuíam características positivas e negativas ao mesmo tempo também foram considerados neutros.
Negativo	Tweets críticos às manifestações antidemocráticas, aos acampamentos em quartéis, aos discursos que motivaram os atos antidemocráticos etc.

Fonte: Autoria Própria

Dessa forma, tem-se como exemplo:

Tabela 2: Exemplos de rotulação das polaridades dos Tweets

Rótulo	Exemplo	Período
Positivo	“acampamento no kg (sic) em brasília agora à noite!!! venham para brasília imediatamente!!! nós vamos marchar!”	5 a 7 de janeiro
	“@user exato! nada mudou! esses patriotas de hoje me deixaram orgulhosa! fim!”	8 a 10 de janeiro

Neutro	@user simpaticante de bolsonaro, alan diego dos santos rodrigues, foi identificado pela polícia civil do distrito federal como o segundo suspeito de suspeito de ter participado da tentativa de atentado no aeroporto juscélino kubitschek, em brásília.	5 a 7 de janeiro
	“@user @user o justo, e o injusto, são opiniões de cada um, nem todos acham justo fechar uma das principais avenidas da cidade. assim como agredir profissionais de imprensa, e querer golpe militar, para alguns pode ser justo”	8 a 10 de janeiro
Negativo	“e se formos todos pra brásília também e tirarmos os golpistas das frentes dos quartéis? já que o exército não tem capacidade de fazer, podemos fazer nós mesmos. ou será que contra a população o exército tem coragem de agir e contra golpistas não?”	5 a 7 de janeiro
	“@user está na hora de botar na cadeia bandidos fardados que apoiam o terrorismo golpista!”	8 a 10 de janeiro

Fonte: Autoria Própria

Para viabilizar essa classificação em grande escala, é necessário empregar algoritmos de aprendizado de máquina supervisionado. Nesse tipo de abordagem, o modelo é treinado a partir de um conjunto de dados previamente rotulados, ou seja, compostos por exemplos já classificados, que possibilitam ao sistema aprender padrões e aplicá-los a novos textos.

Esse procedimento se baseia no princípio do aprendizado indutivo, por meio do qual o modelo extrai generalizações a partir de casos específicos para realizar previsões em dados inéditos (Mitchell, 1997; Kotsiantis et al., 2007). Dessa forma, a precisão da análise está diretamente relacionada à qualidade e à representatividade dos dados rotulados utilizados no treinamento, uma vez que são eles que permitem ao modelo reconhecer adequadamente a polaridade emocional e os sentimentos presentes nos tweets.

Dentre os algoritmos disponíveis, o *Support Vector Machine* (SVM) é um dos algoritmos de *machine learning* que mais se destaca para a rotulação de tweets. Pereira (2019), por exemplo, analisou o desempenho dos algoritmos SVM e *Naive Bayes* na classificação de *tweets* sobre os candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro durante os debates das eleições de 2018, concluindo que o SVM obteve melhores resultados, com uma acurácia de 86%.

De forma semelhante, Iasulaitis et al. (2022) compararam esses mesmos algoritmos na análise de polaridade de mais de 84 mil tweets relacionados às vacinas contra a COVID-19, verificando novamente a superioridade do SVM em termos de acurácia. Cristiani, Lieira e Camargo (2020) também chegaram a conclusões consistentes ao aplicarem os dois algoritmos em um corpus de aproximadamente 370 mil tweets, com o SVM alcançando um *F1-score* de 66,16%, superando o *Naive Bayes* por quase 12 pontos percentuais.

Além disso, Christie et al. (2018) realizaram uma comparação entre SVM, *Naive Bayes* e *Random Forest* na tarefa de identificar o posicionamento político em tweets sobre as eleições de 2018 - uma abordagem que vai além da simples polaridade e busca compreender a perspectiva defendida pelo autor. Nesse estudo, o SVM apresentou o melhor desempenho, com *F1-score* de 99%. Esses achados reforçam a robustez e a confiabilidade do SVM como uma ferramenta eficaz para a rotulação de textos em contextos variados.

Apesar da eficácia comprovada dos algoritmos tradicionais de aprendizado de máquina, como o SVM, na rotulação de textos, os avanços recentes em aprendizado

profundo (*deep learning*) têm promovido uma transformação nas abordagens de processamento de linguagem natural. O *deep learning*, ramo do *machine learning*, destaca-se pelo uso de redes neurais profundas capazes de captar padrões complexos nos dados por meio de múltiplas camadas de processamento e funções não lineares. Dentro desse contexto, os modelos baseados na arquitetura Transformer passaram a se sobressair, principalmente em tarefas que exigem a interpretação precisa do contexto textual.

O BERT (*Bidirectional Encoder Representations from Transformers*), por exemplo, revolucionou o campo ao introduzir um mecanismo de pré-treinamento bidirecional, que permite ao modelo compreender as relações contextuais entre as palavras de maneira mais eficaz (Devlin et al., 2019). Ao contrário dos modelos anteriores, que interpretavam os textos de forma unidirecional, o BERT considera o contexto completo da sentença ao analisar cada palavra, o que possibilita uma compreensão mais precisa das relações semânticas e sintáticas entre os termos. Essa capacidade é especialmente importante na análise de tweets, que frequentemente apresentam ironias, ambiguidades e abreviações, exigindo uma leitura mais sofisticada do contexto linguístico.

Em comparação com modelos anteriores baseados em redes neurais convencionais, o BERT apresentou ganhos expressivos em diversas tarefas de linguagem natural, como classificação de texto, resposta a perguntas e interpretação semântica de sentenças. Esses avanços também se refletem em estudos aplicados: Capellaro (2021), ao utilizar o mesmo corpus analisado por Cristiani, Lieira e Camargo (2020), comparou o desempenho do BERT com os algoritmos SVM e Naive Bayes e constatou uma melhoria significativa nos resultados ao empregar o modelo baseado em *deep learning*, indicando um potencial superior dessa abordagem para a análise automatizada de textos.

Com o objetivo de garantir a maior robustez metodológica possível na classificação dos dados, foram empregados os modelos SVM e BERT na tarefa de rotulação automática do corpus, utilizando-se, em ambos os casos, conjuntos idênticos de treinamento, validação e procedimentos de pré-processamento, tanto para o período anterior quanto para o posterior aos atos antidemocráticos. O processo de anotação inicial envolveu um total de 4.000 tweets rotulados manualmente segundo ao posicionamento em relação às manifestações antidemocráticas, sendo 2.000 correspondentes ao período que antecedeu os eventos e 2.000 ao período subsequente. Dentre estes, 1.600 tweets foram alocados para o treinamento dos modelos em cada recorte temporal, enquanto 400

compuseram o conjunto de validação, permitindo a aferição da performance de cada algoritmo.

O pré-processamento dos dados envolveu a remoção de *stopwords* - termos desprovidos de carga semântica relevante - com vistas à otimização da qualidade analítica do corpus textual. O tratamento e processamento dos dados foram conduzidos com o suporte das bibliotecas NLTK, Pandas, Sklearn e Numpy, enquanto as representações gráficas foram elaboradas por meio das bibliotecas Wordcloud e Matplotlib. Posteriormente, os desempenhos obtidos pelos modelos SVM e BERT foram avaliados e comparados a partir das métricas de precisão, *recall*, *f1-score* e acurácia, possibilitando a identificação do modelo mais adequado para a classificação da base ampliada de mais de um milhão de tweets a ser analisada na presente investigação.

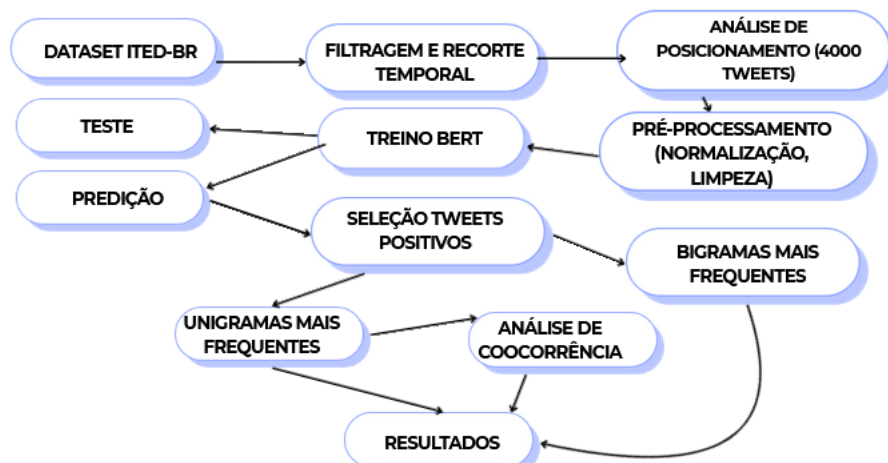
Após a rotulação dos dados, foram gerados gráficos descritivos a fim de visualizar a distribuição proporcional dos rótulos positivos, neutros e negativos em cada um dos períodos analisados, permitindo uma primeira aproximação exploratória acerca das variações de polaridade ao longo do tempo. Na sequência, foram selecionados os tweets classificados como positivos, sobre os quais se procedeu a uma análise lexical mais detalhada. Com o auxílio da biblioteca *Counter*, identificaram-se os 20 termos e bigramas de maior frequência nas mensagens consideradas positivas, possibilitando não apenas a identificação dos vocábulos mais recorrentes, mas também a compreensão das principais incidências temáticas que caracterizaram o discurso favorável ao longo dos distintos recortes temporais.

Para aumentar a robustez da pesquisa, foi também incorporada uma análise de palavras vizinhas (*context window analysis*), identificando os termos mais frequentemente associados às palavras-chave de cada período. A partir de janelas de até cinco palavras anteriores e posteriores aos termos mais proeminentes de cada período, buscou-se compreender o contexto semântico local em que os conceitos aparecem, permitindo uma codificação mais precisa dos enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais. Essa técnica contribui para evitar inferências baseadas apenas na frequência bruta de palavras, ao considerar os padrões de coocorrência como recurso para revelar sentimentos mistos no corpus e nuances que poderiam passar despercebidas por medidas agregadas tradicionais de polaridade (Fudolig et al., 2022).

Dessa forma, todas as etapas práticas descritas a seguir - da extração de frequências à análise de coocorrência - se alinham diretamente com as fases propostas por Bardin (2011) para uma análise de conteúdo. Segundo ela, a pré-análise corresponde

à delimitação do corpus e à definição de categorias; a exploração do material é o momento de aplicação dessas técnicas de codificação e quantificação; e o tratamento dos resultados ocorre quando se interpretam os indicadores em diálogo com o referencial teórico, fechando o ciclo de análise e permitindo indicativos sólidos sobre os enquadramentos identificados. Nesta pesquisa, essa análise de conteúdo será direcionada à compreensão dos enquadramentos de ação coletiva presentes nos tweets, os quais, neste primeiro momento, constituirão a unidade de análise.

Figura 1: Processo metodológico aplicado



Fonte: Autoria Própria

A adoção dessas metodologias se justifica, ainda, pela inviabilidade prática de realizar uma análise manual e interpretativa de cada tweet em sua totalidade, especialmente diante do grande volume de dados coletados. O corpus em questão, composto por mais de um milhão de mensagens, demanda estratégias que conciliem escala e significado, permitindo a extração de padrões discursivos sem perder de vista as nuances semânticas relevantes. Nesse sentido, o uso combinado de técnicas quantitativas, contextuais e exemplificativas oferece uma alternativa metodológica eficaz para lidar com corpora extensos, possibilitando a identificação de indícios robustos dos enquadramentos discursivos mobilizados pelos usuários. Ainda que não substituam uma

leitura hermenêutica aprofundada, tais indícios fornecem uma base empírica confiável para a inferência sobre os frames predominantes em discursos de apoio, garantindo ao estudo capacidade analítica compatível com a complexidade do objeto.

3.2 Reprodutibilidade e roteiro de execução do pipeline

Este subcapítulo descreve, passo a passo, o pipeline computacional utilizado nesta pesquisa com o objetivo explícito de viabilizar a replicabilidade e a auditoria dos resultados. Serão apresentados: (i) o ambiente de execução e a lista de bibliotecas; (ii) a função de cada notebook e o fluxo cronológico de execução, desde a seleção e filtragem dos dados até o pré-processamento, rotulação manual, treinamento, avaliação e geração de outputs analíticos; e (iii) orientações sobre acesso a dados sensíveis, anonimização e limitações de uso. O código-fonte completo e os notebooks com exemplos de execução encontram-se disponíveis em repositório público, enquanto os dados brutos podem requerer procedimentos específicos de acesso conforme as políticas de uso da API e as exigências de privacidade mencionadas no Apêndice.

Ainda que o pipeline computacional descrito neste estudo seja integralmente reproduzível, a reaplicação do código não garante a obtenção de resultados idênticos. Isso ocorre porque algoritmos de aprendizado de máquina incorporam, em diferentes etapas, componentes estocásticos que introduzem variação nos resultados, mesmo sob condições controladas (Semmelrock et al, 2023).

Por essa razão, a literatura metodológica (OCDE, 2023; Semmelrock et al, 2023) recomenda que a replicabilidade em estudos de aprendizado de máquina seja compreendida não como a reprodução exata de valores pontuais, mas como a obtenção de resultados substantivamente equivalentes, dentro de margens aceitáveis de variação, preservando padrões gerais, hierarquias entre modelos e conclusões analíticas centrais.

3.2.1 Ambientes e bibliotecas

Os códigos desenvolvidos nesta pesquisa foram implementados no formato de *Jupyter Notebooks*, estrutura amplamente utilizada em análises de dados por permitir a

organização modular do código em células, facilitando a inspeção, a depuração e a replicação das etapas analíticas. Os notebooks responsáveis pelas fases que não envolvem treinamento de modelos de aprendizado de máquina, incluindo a separação temporal dos dados, o pré-processamento textual, a contagem de rótulos, frequências lexicais e extração de bigramas, foram executados localmente, utilizando o interpretador Python instalado no sistema do pesquisador. O ambiente local de execução consistiu em um processador AMD Ryzen 5 3600, com 16 GB de memória RAM, operando em um sistema operacional Windows 11.

Já os notebooks que envolvem treinamento e validação de modelos de aprendizado de máquina, em especial os baseados em *deep learning*, como o BERT, foram executados no ambiente do Google Colab (versão gratuita), em virtude das exigências computacionais associadas a esse tipo de modelo. Nesses casos, foi utilizada uma GPU NVIDIA Tesla T4, com suporte à biblioteca CUDA, o que possibilitou a aceleração do treinamento e a viabilização prática dos experimentos. A adoção de ambientes distintos de execução reflete uma escolha metodológica orientada pela eficiência computacional, sem prejuízo à consistência do pipeline analítico, uma vez que os mesmos procedimentos de pré-processamento, divisão dos dados e avaliação foram mantidos em todas as etapas.

O pipeline computacional foi implementado em linguagem Python, fazendo uso de um conjunto de bibliotecas consolidadas para análise de dados, processamento de linguagem natural, visualização e aprendizado de máquina. Para manipulação e organização dos dados tabulares, utilizou-se a biblioteca *pandas*, em conjunto com *numpy* para operações numéricas. A visualização dos resultados foi realizada principalmente por meio do *matplotlib* e da biblioteca *wordcloud*, empregada na geração de nuvens de palavras. O pré-processamento textual contou com o uso do sistema de normalização *Enlvo*, além de recursos da biblioteca *nlk* para remoção de *stopwords* e apoio a tarefas linguísticas. Para a extração e contagem de frequências e estruturas léxicas, foram empregadas as bibliotecas *collections* e *os*, enquanto a biblioteca *emoji* foi utilizada para tratamento e normalização de caracteres gráficos presentes nos tweets.

No que se refere à modelagem e à classificação textual, foram utilizadas as bibliotecas *scikit-learn* (*sklearn*) e *torch* (PyTorch) em conjunto com a biblioteca *transformers*, para o treinamento e a aplicação de modelos baseados em arquiteturas Transformer, em especial o BERT.

3.2.2 Notebooks e Ordem de execução

Com o objetivo de assegurar a replicabilidade do estudo, os *Jupyter Notebooks* desenvolvidos, bem como os dados rotulados utilizados nas análises, encontram-se disponíveis em repositório público, acessível em: <https://github.com/invctrz/mestrado>. O repositório está organizado de modo a refletir a sequência lógica do pipeline analítico, permitindo que pesquisadores reproduzam cada etapa do processo metodológico descrito neste trabalho.

O primeiro passo para a reprodução do estudo consiste no download da pasta data do repositório *Interfaces Twitter Elections Dataset – Brazil* (ITED-Br), disponível em: <https://github.com/Interfaces-UFSCAR/ITED-Br>. Esse repositório contém os arquivos originais no formato .parquet, organizados por dia e por temática. Após a obtenção desses dados, deve-se executar o *notebook* de coleta e organização de dados disponibilizado no repositório desta pesquisa. Esse *notebook* realiza a filtragem dos tweets relacionados aos atos antidemocráticos de janeiro de 2023 com base nas *queries* previamente descritas, separa os dados segundo a data de publicação e consolida os arquivos diários em dois conjuntos únicos, correspondentes ao período anterior (5 a 7 de janeiro) e posterior (8 a 10 de janeiro) aos atos. Como resultado, são gerados dois arquivos agregados no formato .csv, um para cada recorte temporal.

Concluída essa etapa, recomenda-se a abertura dos arquivos .csv em um editor de planilhas, como o Microsoft Excel ou software equivalente, a fim de realizar uma verificação adicional dos dados. Nesse momento, sugere-se filtrar explicitamente as datas de interesse e remover eventuais duplicatas residuais, que podem ocorrer em função da granularidade diária dos arquivos originais no repositório ITED-Br e dos processos de agregação.

Na sequência, deve-se executar o *notebook* de pré-processamento textual. Essa etapa compreende a normalização linguística dos tweets, a remoção de *stopwords*, o tratamento de caracteres especiais e emojis, bem como a padronização do texto para fins de análise computacional. Trata-se de uma fase computacionalmente intensiva, cujo tempo de execução pode variar significativamente de acordo com a capacidade de processamento da máquina utilizada, podendo se estender por várias horas ou mesmo dias em ambientes com menor poder computacional.

Após o pré-processamento, procede-se à execução dos *notebooks* responsáveis pelo treinamento, teste e aplicação do modelo BERT para a tarefa de análise de posicionamento, separadamente para os períodos anterior e posterior aos atos

antidemocráticos. Esses *notebooks* utilizam os conjuntos de dados previamente rotulados manualmente para treinar o modelo e, em seguida, aplicam a classificação automática à totalidade do corpus. Como saída, são gerados dois novos arquivos no formato .csv, contendo todos os tweets de cada período acompanhados de seus respectivos rótulos (positivo, neutro ou negativo).

Por fim, devem ser executados os *notebooks* de análise lexical e visualização dos resultados, responsáveis pela contagem de termos, extração de bigramas, análise de palavras vizinhas e geração das representações gráficas, como gráficos descritivos e nuvens de palavras. Essa etapa final consolida os outputs analíticos utilizados na interpretação dos enquadramentos discursivos e na discussão dos resultados apresentados nos capítulos subsequentes.

Por fim, cabe destacar que todos os códigos desenvolvidos neste estudo foram adaptados para operar com arquivos no encoding Windows-1252, em razão das características dos arquivos .csv utilizados nas etapas subsequentes de processamento e análise. Para assegurar a compatibilidade plena com o pipeline computacional, recomenda-se que os arquivos .csv gerados a partir da consolidação dos dados sejam abertos por meio de um editor de planilhas, como o Microsoft Excel, utilizando a opção *Dados → Abrir arquivo de texto/CSV*, e posteriormente salvos novamente nesse ambiente, garantindo assim a conversão adequada para o encoding Windows-1252. Essa etapa adicional visa prevenir erros de leitura, perda de caracteres acentuados ou falhas de execução nos notebooks, assegurando a correta interpretação textual dos dados ao longo de todo o processo analítico.

3.2.3 Observações sobre os dados

Em conformidade com as políticas de uso e redistribuição de dados estabelecidas pelo Twitter/X, os repositórios públicos associados a esta pesquisa não disponibilizam diretamente o conteúdo textual integral dos tweets nem seus metadados completos. Em um primeiro momento, é concedido apenas o acesso aos tweet IDs, que funcionam como identificadores únicos das postagens na plataforma. Para que os dados possam ser efetivamente analisados, é necessário realizar o processo conhecido como hidratação dos tweets, que consiste na recuperação do conteúdo textual e dos metadados associados a cada ID por meio de requisições à API oficial da plataforma.

A hidratação requer que o pesquisador possua uma conta de desenvolvedor autorizada pelo Twitter/X, com chaves de acesso válidas concedidas conforme as regras

vigentes da plataforma. A partir dessas credenciais, os IDs são submetidos a requisições automatizadas à API, que retorna, quando disponíveis, informações como o texto do tweet, data e horário de publicação, idioma, métricas de engajamento e outros campos permitidos. É importante destacar que nem todos os IDs necessariamente retornam dados no momento da hidratação, uma vez que tweets podem ter sido apagados, contas podem ter sido suspensas ou tornadas privadas, ou restrições de acesso podem ter sido aplicadas posteriormente à coleta original. Assim, pequenas perdas no volume final de dados são esperadas e não configuram inconsistência metodológica, mas decorrem das próprias dinâmicas da plataforma.

No que se refere às práticas éticas de pesquisa, este estudo seguiu rigorosamente princípios de minimização de dados, anonimização e uso responsável de informações públicas. Ainda que os tweets analisados sejam, em sua origem, conteúdos publicamente acessíveis, optou-se por eliminar elementos que possibilitassem a identificação direta ou indireta dos usuários. Nesse sentido, foram removidas todas as menções a perfis individuais (marcadas por @user) e hashtags, priorizando-se a análise do conteúdo discursivo em detrimento da rastreabilidade dos autores ou da circulação em redes específicas. Essa decisão metodológica visa reduzir riscos de exposição indevida e evitar a reidentificação de indivíduos, especialmente em um contexto politicamente sensível como o analisado.

Além disso, não foram realizadas análises de redes sociais egocentradas, inferências sobre características pessoais dos usuários, nem cruzamentos com bases externas que pudessem permitir a reconstrução de identidades ou trajetórias individuais. O foco analítico manteve-se estritamente nos padrões discursivos agregados, nos enquadramentos mobilizados e nas dinâmicas coletivas de posicionamento, em consonância com recomendações éticas amplamente adotadas em pesquisas de ciência política computacional e comunicação política digital.

Por fim, cabe ressaltar que os dados foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, sem qualquer objetivo de monitoramento individual, rotulação de perfis ou avaliação comportamental personalizada. O armazenamento, o processamento e a divulgação dos resultados ocorreram de forma a preservar a integridade dos sujeitos envolvidos, respeitando tanto as diretrizes da plataforma quanto os princípios gerais de ética em pesquisa com dados digitais, especialmente aqueles relacionados à privacidade, à não maleficência e à proporcionalidade entre objetivos científicos e riscos potenciais.

3.3 Considerações Éticas na Coleta de Dados

A coleta e agregação dos dados utilizados neste estudo seguiram práticas amplamente aceitas em pesquisa com big data de plataformas públicas, conforme exemplificado pelo procedimento adotado em Iasulaitis et al. (2025) no artigo *The Interfaces Twitter Elections Dataset: Construction process and characteristics of big social data during the 2022 presidential elections in Brazil* publicado na PLoS One. Nesse trabalho, os autores explicitaram que os dados foram coletados a partir da API pública do Twitter (X), uma plataforma de acesso público, o que, segundo os editores e revisores, permite o uso desses dados em pesquisas científicas sem identificação individual dos usuários e em conformidade com os termos legais e de privacidade da plataforma. O texto do artigo contém, na seção de disponibilidade de dados e na resposta aos revisores, a seguinte passagem integral, que constitui a sua declaração de ética de coleta e uso de dados e que fundamenta a abordagem ética empregada:

Os dados desta pesquisa, disponibilizados de forma pública e gratuita, permitem uma variedade de análises e aplicações. Essa estratégia possibilitou a distribuição dos dados do estudo mantendo a segurança, a integridade e a conformidade com os termos legais do Twitter, bem como a privacidade dos indivíduos cujos dados públicos possam estar presentes no conjunto de dados. Ferramentas que facilitam o processo de reidratação estão disponíveis na conta do grupo de pesquisa Interfaces no GitHub, juntamente com o dataset. Esses termos restringem a distribuição de dados do Twitter e de dados derivados do Twitter, restrições que, contudo, são flexibilizadas no contexto de pesquisas acadêmicas para fins não comerciais, como é o caso da publicação do conjunto de dados resultante. Isso inclui a distribuição irrestrita de Tweets (o que abrange Retweets, Comentários, Tweets com citação etc.) e de IDs de usuários. Dessa forma, entendemos que fornecer acesso a esses IDs por meio do GitHub constitui uma boa estratégia para a distribuição dos dados disponíveis em nosso conjunto de dados (Iasulaitis et al., 2025, p.23, tradução própria).

Essa declaração demonstra que a pesquisa atendeu a requisitos de segurança, integridade e conformidade com os termos legais relativos ao uso de dados públicos, sem expor informações pessoais identificáveis dos usuários. A ética na coleção e no tratamento de big data de mídias sociais, nesse contexto, envolve garantir que os dados coletados permaneçam dentro dos limites legais e éticos estabelecidos pelos próprios Termos de Serviço da plataforma e pelas diretrizes gerais de pesquisa com dados públicos, respeitando princípios de anonimização e uso não comercial quando aplicável.

4. Análise de Resultados

A presente seção visa apresentar e discutir os resultados da pesquisa aqui apresentada.

4.1 Validação do modelo e proporção de posicionamentos

A Tabela 3 apresenta o desempenho do modelo BERT no conjunto de validação referente ao período anterior aos atos, avaliando a capacidade do classificador em distinguir três categorias de posicionamento a partir de textos. O conjunto de validação é desbalanceado, com predominância da classe neutra (200 observações), seguida pelas classes positiva (124) e negativa (76). Esse aspecto é central para a interpretação das métricas agregadas.

Tabela 3: Relatório de Validação do modelo BERT no período anterior aos atos

	Precisão	Recall	F1-score	Suporte
Negativo	0.52	0.75	0.62	76
Neutro	0.88	0.77	0.82	200
Positivo	0.75	0.71	0.73	124
Acurácia			0.77	400
Média Macro			0.72	400
Média Ponderada			0.75	400

Fonte: Autoria Própria

A precisão indica, entre todas as instâncias classificadas como pertencentes a uma classe, a proporção que de fato pertence a essa classe. Apenas cerca de metade dos tweets classificados como negativos são efetivamente negativos. Isso indica que o modelo tende a confundir parte dos tweets neutros ou positivos com negativos, o que sugere uma postura mais “sensível” do classificador à detecção de negatividade. Tal ocorrência é possivelmente resultante da quantidade diminuta de mensagens negativas nesse período, em razão da invasão à Brasília não ter ainda ocorrido, o que influenciou numa quantidade menor de tweets com este posicionamento no conjunto de treino e validação.

No caso dos neutros, o valor elevado de precisão indica que, quando o modelo prevê neutralidade, ele erra pouco. Isso sugere que o classificador é conservador ao

atribuir o rótulo neutro, evitando classificar como neutro textos que contenham avaliações claras. Já a mesma métrica aplicada aos tweets positivos indica boa capacidade de identificação correta de mensagens positivas, com uma taxa relativamente baixa de falsos positivos.

O *recall* indica a proporção de instâncias reais de cada classe que o modelo consegue identificar corretamente. No caso da classe negativa, o *recall* de 0,75 mostra que o modelo recupera aproximadamente três quartos dos tweets efetivamente negativos. Para a classe neutra, o *recall* de 0,77 indica que a maior parte dos tweets neutros é corretamente reconhecida, embora uma parcela ainda seja confundida com avaliações positivas ou negativas. Já na classe positiva, o *recall* de 0,71 revela que o modelo identifica a maioria das mensagens positivas, mas mantém alguma dificuldade residual em distingui-las de conteúdos neutros.

O *F1-score*, por sua vez, sintetiza o desempenho do modelo ao combinar precisão e recall por meio de uma média harmônica, refletindo o equilíbrio entre a capacidade de recuperar corretamente uma classe e de evitar falsos positivos. Na classe negativa, o *F1-score* de 0,62 resulta do resultado proveniente de um recall relativamente alto e uma precisão mais baixa (0,52), indicando que o modelo privilegia a detecção de negatividade, ainda que ao custo de maior confusão com outras classes. A classe neutra apresenta o melhor desempenho geral, com *F1-score* de 0,82, resultado coerente com sua maior presença no conjunto de validação e com a elevada precisão e recall observados. Por fim, a classe positiva alcança um *F1-score* de 0,73, evidenciando um desempenho equilibrado e uma boa capacidade de distinção entre avaliações positivas e conteúdos neutros.

A acurácia do modelo, igual a 0,77, indica que 77% das classificações realizadas no conjunto de validação estão corretas. Embora esse valor sugira um bom desempenho global, sua interpretação deve ser feita com cautela em contextos de desbalanceamento de classes, como o presente caso, uma vez que a predominância da classe neutra tende a inflar essa métrica. Assim, a acurácia, isoladamente, não é suficiente para avaliar a capacidade do modelo em distinguir adequadamente posicionamentos politicamente relevantes, como avaliações positivas e negativas.

Para contornar essa limitação, foram analisadas métricas agregadas menos sensíveis à distribuição das classes. O *F1-macro*, que corresponde à média aritmética simples do *F1-score* calculado para cada classe, atingiu aproximadamente 0,72. Essa métrica atribui peso igual a todas as categorias, independentemente de sua frequência no conjunto de dados, permitindo uma avaliação mais equilibrada do desempenho do

classificador. O valor observado indica que o modelo apresenta um nível consistente de desempenho entre as três classes analisadas, sem que uma categoria específica domine artificialmente a métrica global. Por esse motivo, o F1-macro é particularmente relevante neste estudo, pois neutraliza o efeito da classe majoritária (neutro) e permite verificar se sentimentos substantivamente centrais para a análise política, como positivo e negativo, estão sendo adequadamente capturados.

Complementarmente, o F1-ponderado, que pondera o desempenho de cada classe pelo seu respectivo suporte, apresentou valor de 0,75. Essa métrica reflete o desempenho global do modelo considerando a distribuição empírica dos dados e, portanto, é mais influenciada pela classe neutra, que é majoritária no conjunto de validação. Ainda assim, a proximidade entre o F1-macro (0,72) e o F1-ponderado (0,75) sugere que o bom desempenho agregado do modelo não decorre exclusivamente da classe dominante, mas resulta de uma capacidade relativamente equilibrada de classificação entre as diferentes categorias de sentimento. A ausência de uma discrepância acentuada entre essas duas métricas indica que não há colapso de classe nem desempenho artificialmente inflado por uma única categoria.

Em conjunto, essas métricas globais apontam para um desempenho robusto e equilibrado do modelo de classificação de posicionamentos. O classificador demonstra capacidade adequada de identificar tanto avaliações negativas quanto positivas, reduzindo o risco de distorções substantivas na análise do discurso político, ao mesmo tempo em que mantém um bom desempenho na identificação de mensagens neutras sem que estas obscureçam as demais categorias. A coerência entre as métricas agregadas reforça a validade dos resultados obtidos na etapa de validação e sustenta a adequação do modelo para a análise empírica proposta nesta dissertação.

A Tabela 4 apresenta o desempenho do modelo BERT no conjunto de validação referente ao período posterior aos atos, permitindo avaliar como o classificador se comporta diante de um contexto político distinto, marcado por maior polarização e intensificação do conflito discursivo. Assim como no período anterior, o conjunto de validação permanece desbalanceado, embora com inversão parcial na distribuição das classes, observando-se agora uma predominância da classe negativa (218 observações), seguida pelas classes positiva (93) e neutra (89).

Tabela 4: Relatório de Validação do modelo BERT no período posterior aos atos

	Precisão	Recall	F1-score	Suporte

Negativo	0.77	0.81	0.79	218
Neutro	0.66	0.52	0.58	89
Positivo	0.64	0.68	0.66	93
Acurácia			0.71	400
Média Macro			0.67	400
Média Ponderada			0.71	400

Fonte: Autoria Própria

Os resultados indicam uma mudança significativa no padrão de desempenho do modelo, sobretudo no que diz respeito à classe negativa. No período posterior aos atos, o classificador apresenta desempenho elevado e consistente na identificação de mensagens negativas, conforme evidenciado pelos altos valores de precisão (0,77), *recall* (0,81) e *F1-score* (0,79). Em comparação com o período anterior, observa-se uma melhora expressiva nessa classe, o que sugere que o aumento substancial de tweets com posicionamento negativo após os atos contribuiu para tornar o discurso crítico mais explícito e semanticamente homogêneo, facilitando sua identificação pelo modelo. Esse resultado é coerente com o contexto empírico, no qual a invasão às sedes dos Poderes produziu uma intensificação das manifestações de reprovação e condenação política.

Em contraste, a classe neutra apresenta uma queda acentuada de desempenho no período posterior, com redução tanto do *recall* quanto do *F1-score* em relação à etapa anterior. Esse resultado indica que, após os atos, o espaço discursivo para neutralidade se torna mais restrito, sendo comum que mensagens anteriormente classificáveis como neutras passem a incorporar avaliações implícitas ou explícitas, positivas ou negativas. A diminuição do desempenho nessa classe sugere, portanto, não apenas uma limitação do modelo, mas também uma transformação substantiva do conteúdo textual, no qual a neutralidade se torna menos frequente e mais difícil de distinguir de posicionamentos avaliativos.

A classe positiva mantém um desempenho intermediário, com valores de *F1-score* ligeiramente inferiores aos observados no período anterior. Esse comportamento sugere que, embora o modelo consiga identificar adequadamente mensagens de apoio ou avaliação positiva (isto é, com precisão de 64%), tais manifestações tornam-se menos centrais no debate público após os atos, sendo frequentemente tensionadas ou enquadradas em narrativas críticas mais amplas. Além disso, esse resultado sinaliza que

o discurso positivo associado aos atos antidemocráticos possivelmente se torna mais heterogêneo no período posterior, dado um possível uso mais frequente de vocabulário compartilhado com discursos críticos, o que contribui para a redução da separabilidade semântica entre as classes positiva e negativa.

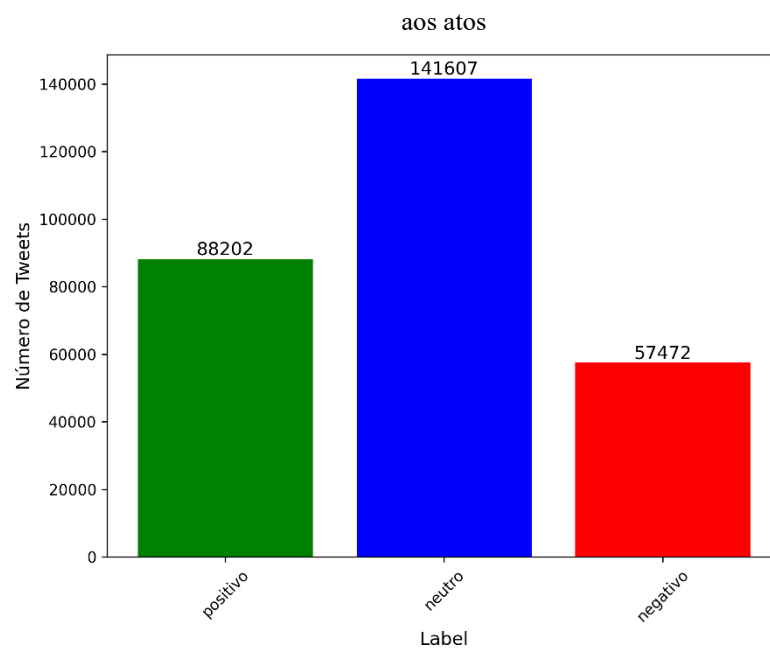
Termos como “golpe”, por exemplo, podem passar a ser mobilizados tanto por apoiadores, para se referir a um suposto golpe atribuído ao governo Lula, quanto por críticos, que os utilizam para qualificar a invasão de Brasília; o mesmo pode ocorrer com expressões como “democracia”, por exemplo, acionadas simultaneamente para legitimar posições antagônicas. Supor essa sobreposição lexical e semântica, típica de contextos altamente polarizados, ajuda a explicar a persistência de confusões residuais entre discursos positivos e negativos e reforça a interpretação de que a queda relativa do desempenho nessa classe reflete transformações substantivas do debate político, e não apenas limitações do modelo.

No plano das métricas agregadas, observa-se uma redução do desempenho global em comparação com o período anterior, com queda da acurácia e do F1-macro e ponderado. Ainda assim, a proximidade entre o F1-macro (0,67) e o F1-ponderado (0,71) indica que, apesar da mudança na distribuição das classes, o modelo não apresenta colapso em uma categoria específica, mantendo um desempenho relativamente equilibrado. A redução dessas métricas deve ser interpretada à luz do aumento da complexidade discursiva e da maior heterogeneidade semântica do corpus no período posterior, e não como simples perda de capacidade preditiva.

Em síntese, a comparação entre os períodos anterior e posterior aos atos evidencia que o desempenho do modelo acompanha o desbalanceamento das classes e as transformações substantivas do debate político. Enquanto, no período anterior, a neutralidade desempenhava papel central e apresentava melhor desempenho, no período posterior observa-se uma clara predominância e melhor identificação de posicionamentos negativos, em consonância com a intensificação da crítica pública após os eventos. Esses resultados reforçam a adequação do modelo para captar variações contextuais no discurso político e sustentam sua utilização para a análise comparativa da evolução dos posicionamentos ao longo do tempo.

Os gráficos das Figuras 2 e 3 apresentam a proporção de tweets positivos, neutros e negativos publicados no período anterior e posterior aos atos, respectivamente.

Figura 2: Proporção dos posicionamentos em relação ao movimento antidemocrático no período anterior



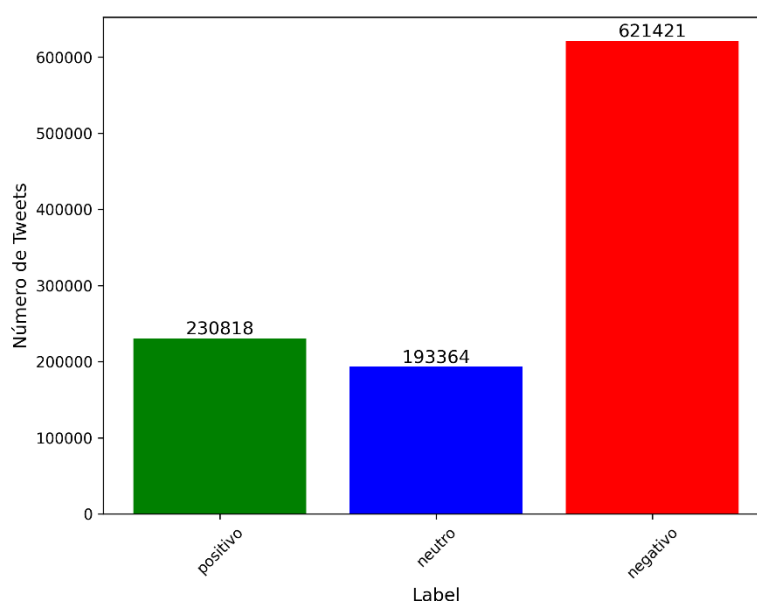
Fonte: Autoria Própria

Percebe-se que, neste primeiro momento, a ocorrência de tweets positivos é proporcionalmente maior que a de tweets negativos. A alta ocorrência de tweets neutros se dá especialmente pela grande quantidade de mensagens desconectadas do tema central, presentes devido ao foco das queries, que referenciavam sobretudo à culminação da invasão de Brasília em 8 de janeiro; por essa razão, esse período não registrou um

aumento comparável de tweets negativos referentes às manifestações antidemocráticas, as quais, até então, se caracterizavam principalmente por acampamentos em frente a quartéis-generais do Exército.

Ademais, o processo de coleta de dados não contemplou as postagens que foram eliminadas após a consumação da invasão em Brasília e durante as investigações dos envolvidos, o que pode ter subestimado ainda mais a incidência de discursos antidemocráticos e positivos no conjunto analisado.

Figura 3: Proporção dos posicionamentos em relação ao movimento antidemocrático no período posterior aos atos



Fonte: Autoria Própria

No período posterior, observa-se uma inversão entre a proporção de tweets positivos e negativos. Esse fenômeno pode sinalizar um comportamento contrário à intenção dos manifestantes e de seus articuladores, refletindo reações de repúdio por parte da opinião pública. Tal padrão é semelhante ao observado nos Estados Unidos após a invasão do Capitólio em 2021, quando o uso da tática insurrecionista gerou uma queda

significativa nas manifestações públicas de identificação com o Partido Republicano e com Donald Trump (Eady et al., 2023).

Um elemento adicional que reforça essa interpretação é o fato de que, diferentemente do padrão observado ao longo do processo eleitoral de 2022, marcado por elevados níveis de incivilidade, ataques às instituições e circulação de discursos que tensionavam normas democráticas nas redes sociais brasileiras (Zhang et al., 2025), o período imediatamente posterior aos atos antidemocráticos foi caracterizado por um crescimento expressivo de mensagens que condenavam explicitamente a ruptura institucional e afirmavam valores democráticos. Nesse sentido, a inversão na proporção de tweets favoráveis e desfavoráveis aos atos sinaliza, de forma rara no contexto recente do debate político digital no Brasil, a emergência de um movimento discursivo de defesa da democracia no Twitter.

4.2 Compreensão da incidência dos termos mais utilizados

Tabela 5: Relação dos 20 termos mais utilizados nos tweets considerados positivos ao movimento antidemocrático no período anterior aos atos

Palavra	Incidência
Patriotas	28530
Brasília	27692
Brasil	15424
Povo	14972
Guerra	11444
Todos	10260
Pra	10252
Vamos	10022
Vai	8267
Agora	7226
Tudo	5395
Congresso	5004
País	4796
Dia	4540
Poder	4385

Geral	4353
Golpe	4198
Vão	3997
Greve	3968
Sim	3783

Fonte: Autoria Própria

Dentre os resultados preliminarmente apresentados, destaca-se, a seguir, alguns elementos notáveis. Em alguns casos, as palavras por si só não funcionam como categoria de valor semântico o suficiente para compreender qual enquadramento de ação coletiva sua utilização mais indica. Desta forma, serão eleitos pelo autor, através de uma interpretação indutiva, os termos com maior potencial de refletir os nós dos enquadramentos de ação coletiva.

Primeiramente, a utilização de termos como “greve” e “guerra” já surge como indicativos do conflito existente, embora de formas diferentes. Enquanto “greve” faz referência a um tipo de protesto pacífico e que já estava sendo utilizado como estratégia até o momento, especialmente por caminhoneiros, contra o resultado das eleições de 2022 (Costa, 2022), a utilização de “guerra” indica a evocação de um discurso prognóstico mais combativo e extremo. Ao compreender a diferença entre a incidência de ambos os termos, entretanto, nota-se que o segundo termo foi amplamente mais utilizado que o primeiro, o que pode indicar, nesse momento, uma mobilização mais combativa.

Concomitantemente, “patriotas”, “povo” e “todos” surgem como termos indicativos de referência à identidade coletiva do movimento social em questão. A ampla utilização de “patriotas” reflete a mobilização do nacionalismo como recurso de mobilização popular entre os apoiadores de Bolsonaro, caracterizados como os cidadãos patriotas, contra os adversários, tidos como inimigos da nação brasileira (Santos, 2021). Ademais, “patriotas” também foi o termo usado entre os membros apoiadores de Donald Trump que invadiram o Capitólio nos Estados Unidos em 2021 (Ozawa et al., 2024).

“Povo”, de forma semelhante, consiste em um termo amplamente utilizado para a na esfera comunicativa bolsonarista. Varão, Ferreira e Boselli (2023), analisando um conjunto de 302 tweets de Jair Bolsonaro, encontram o termo “povo” como sendo um dos mais proeminentes no discurso do ex-presidente, sendo o termo esvaziado de significado e utilizado para a construção discursiva de uma identidade coletiva. Nota-se, também, uma alta incidência desses termos indicativos de enquadramentos motivacionais.

“Brasília”, “brasil” e “congresso” denotam espaços, físicos e simbólicos, de suma importância para a compreensão das tensões características daquele momento. Enquanto “Brasília” remete diretamente ao palco institucional e geográfico dos protestos - sendo, de fato, alvo central da invasão aos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 -, o termo “congresso” evoca tanto o edifício físico que abriga o Poder Legislativo quanto o parlamento enquanto instância decisória e, portanto, objeto de contestação e tomada de ação. Essa recorrência sugere o emprego desses substantivos em enquadramentos prognósticos, nos quais se identifica claramente um “alvo” a ser conquistado ou deslegitimado, e ao mesmo tempo reforça sua dimensão simbólica: “Brasília” simboliza o coração do Estado, e “Congresso” representa o aparato legislativo percebido como agente de falhas e traições ao “povo”.

O uso do termo “brasil”, por sua vez, ultrapassa a mera referência geográfica e assume caráter metonímico, servindo como sinônimo de toda a coletividade nacional - uma coletividade supostamente injustiçada por essas mesmas instituições. Desta forma, o agrupamento dessas palavras aponta para uma estratégia discursiva em que o destino dos atores coletivos é orientado contra alvos institucionais específicos. A análise subsequente aprofundará essas interpretações, examinando como cada um desses termos opera em diferentes dimensões de enquadramento e contribui para a mobilização antidemocrática.

De forma análoga, o termo “poder” exhibe múltiplas camadas de sentido que podem ser lidas como diferentes tipos de enquadramento. Em um viés diagnóstico, ele costuma referir-se ao aparato político-estatal como alvo legítimo das mobilizações, denunciado como fonte de opressão ou corrupção. Por outro lado, em uma leitura motivacional, “poder” pode ressoar na ideia de que “o poder emana do povo”, convocando à ação direta e à empatia coletiva.

Por último, o emprego recorrente do verbo imperativo “vamos” funciona como um chamado direto à ação coletiva, caracterizando-se tipicamente como um enquadramento prognóstico. Ao conjugar-se no presente do indicativo, “vamos” não apenas convoca os interlocutores a participar de forma imediata, mas também sugere um plano de ação compartilhado e a expectativa de um desfecho concreto.

Os outros termos presentes entre os 20 mais utilizados – como “sim”, “pra”, “agora”, “vão”, “vai”, “país”, “geral”, “golpe”, “dia” e “tudo” – não serão incluídos nas análises posteriores tanto pelo baixo valor semântico intrínseco, quanto pela redundância em relação a outros vocábulos já selecionados, e pela necessidade de definir um conjunto

fixo de dez termos, o que viabiliza a comparação quantitativa entre os períodos anterior e posterior aos atos.

Tabela 6: Relação dos 20 termos mais utilizados nos tweets considerados positivos ao movimento antidemocrático no período posterior aos atos

Palavra	Incidência
patriotas	86520
manifestantes	38876
brasil	37137
povo	36479
infiltrados	25886
esquerda	23312
brasil	21717
pra	19318
tudo	19152
agora	17373
guerra	16120
todos	15719
vai	14889
lula	13302
contra	12450
bem	12294
congresso	11770
golpe	11162
ato	10481
pessoas	10365

Fonte: Autoria Própria

Assim como no primeiro momento analisado, termos como “patriotas”, “povo”, “brasil”, “brasil” e “guerra” continuam presentes entre os mais utilizados pelos usuários nas mensagens favoráveis às manifestações antidemocráticas. Entretanto, conforme exposto anteriormente, com o declínio da opinião pública positiva em relação aos atos conforme exposto nas redes sociais (vide figura x), será analisado como a contextualização dos termos, após o episódio do 8 de janeiro, se modificou.

Como elementos notáveis, surgem os termos “manifestantes”, “infiltrados”, “esquerda”, “lula” e “contra”. Segundo os princípios da análise de conteúdo (Bardin, 2011), a frequência e o momento de surgimento de termos são indicadores de relevância temática e revelam deslocamentos na forma como um evento é representado socialmente.

O uso de um termo aparentemente neutro como “manifestantes” para nomear indivíduos que cometeram crimes contra a ordem democrática pode indicar uma tentativa de enquadrar os protestos contra Lula como legítimos, e não como atos antidemocráticos. Enquanto autoridades e a grande imprensa passaram a adotar termos como “vândalos”, “terroristas” ou “golpistas” (Brenol, 2024), a escolha de “manifestantes” por apoiadores do ato expressa uma tentativa clara de ressignificar o evento, sinalizando uma disputa de narrativas.

A aparição do termo “infiltrados” pode ser interpretada, à luz da análise de conteúdo (Bardin, 2011), como um indício da tentativa de reconstrução narrativa e deslocamento de responsabilidade dentro do discurso dos apoiadores dos atos (Bortolon et al., 2023). A frequência desse termo após o dia 8 de janeiro, em conjunto com “esquerda”, revela um esforço discursivo de dissociação moral, no qual os manifestantes tentam preservar a legitimidade de sua ação ao atribuir os episódios de vandalismo a supostos infiltrados ligados à esquerda ou ao Partido dos Trabalhadores (PT).

4.2.1 Compreensão dos termos mais utilizados através da coocorrência

No campo de intersecção entre os estudos da linguagem e da computação e tecnologia, é comum a compreensão de que os padrões de coocorrência entre termos revelam o sentido, a semântica e, conseqüentemente, os possíveis frames representados por essas palavras (Sagi, Diermeier e Kauffman, 2014; Firth, 1957; Deerwester et al., 1990). A compreensão das coocorrências de termos baseadas na proximidade entre eles também fundamenta grande parte da semântica distribucional (Seno et al., 2023): conforme afirmado clássica e sucintamente por Firth (1957, p.11, tradução própria), “você conhecerá uma palavra pela companhia que ela mantém”.

Assim, a seguir, serão compreendidos os 10 termos selecionados anteriormente de cada período através das palavras que mais coocorrem com estes em uma janela de contexto relativa às três palavras anteriores e posteriores destas.

Tabela 7: Relação da coocorrência das palavras mais frequentes aos 10 termos selecionados como mais representativos do período anterior aos atos

Palavras anteriores mais frequentes (janela = 3)	Termo	Palavras posteriores mais frequentes (janela = 3)
todos (2772)	patriotas	brasil (1795)
vamos (1395)		vamos (1045)
atenção (1119)		brásília (1005)
pra (5269)	Brasília	brásília (1622)
vamos (2216)		povo (1543)
todos (2102)		vai (1337)
patriotas (1795)	Brasil	brásília (1560)
sim (1351)		clama (1106)
todo (1098)		ditadura (1101)
poder (1610)	Povo	brasileiro (2143)
brásília (1543)		brásília (1616)
povo (869)		vai (923)
pra (2402)	Guerra	civil (3410)
quero (1819)		ninguém (2604)
vai (1447)		contra (1318)
vamos (1344)	Todos	patriotas (2772)
ter (601)		brásília (2102)
patriotas (593)		pra (1065)
brásília (1147)	Vamos	brásília (2216)
patriotas (1045)		patriotas (1395)
brasil (602)		pra (1392)
brásília (940)	Congresso	nacional (3110)
invadir (751)		senado (915)
pra (734)		brásília (453)
tomada (602)	Poder	povo (1610)
tomar (483)		emana (781)
brásília (482)		brásília (324)
poucos (672)	Greve	geral (3873)

chamados (671)		patriotas (437)
escolhidos (671)		partir (376)

Fonte: Autoria Própria

A análise das coocorrências da palavra “patriotas” em tweets de manifestantes antidemocráticos do dia 8 de janeiro revela enquadramentos motivacionais característicos da ação coletiva. A forte associação com “brasil” aponta para um enquadramento motivacional identitário, que posiciona os manifestantes como os verdadeiros representantes da nação. A coocorrência com “vamos” e “atenção” sugere também um enquadramento motivacional marcado por chamadas diretas à mobilização urgente. Já a referência constante a Brasília sugere um enquadramento prognóstico-territorial, que insere a capital como local simbólico e estratégico da luta.

No caso da palavra “brasília”, a análise das coocorrências aponta para uma ênfase prognóstica mais marcada. Termos como “pra”, “vamos”, “todos” e “vai” compõem construções frasais como “vamos pra Brasília”, “todos em Brasília”, “o povo vai a Brasília”, que funcionam como formulações de curso de ação concreta. Infere-se, neste momento, que Brasília surge especialmente como referência espacial - ou o “onde” agir - em detrimento de sua possível referência metonímica, que indicaria um enquadramento diagnóstico.

A análise das coocorrências da palavra “brasil” em tweets de manifestantes antidemocráticos do dia 8 de janeiro revela predominantemente enquadramentos motivacionais e diagnósticos. A combinação de “patriotas” com “brasil” expressa um frame identitário, no qual os participantes se colocam como os verdadeiros representantes da nação, onde os “patriotas” seriam os únicos defensores legítimos do país. A coocorrência entre “clama” e “brasil” reforça um frame motivacional com apelo moral, em que o país é retratado como alguém que pede socorro, exigindo ação urgente.

Por outro lado, a associação entre “ditadura” e “brasil” indica um frame diagnóstico, no qual se identifica um inimigo interno e uma ameaça iminente à nação. A palavra “ditadura” é frequentemente empregada para descrever instituições democráticas, como o STF, numa inversão retórica que serve para apontar o problema e justificar ações radicais como legítima defesa da democracia. Ao acusar o Supremo de ser uma “ditadura”, os manifestantes tentam mobilizar apoio contra o que percebem como um regime autoritário disfarçado. Essa estratégia foi amplamente observada nos próprios atos

de 8 de janeiro, nos quais invasores gritavam por “intervenção” militar e chamavam ministros do STF de “ditadores”.

A análise das coocorrências da palavra “povo” nos tweets de manifestantes antidemocráticos do dia 8 de janeiro revela predominância de enquadramentos motivacionais, apesar de sua presença em contextos que também podem ser prognósticos. A forte associação entre “poder” e “povo” reforça um frame motivacional central, no qual o poder político é concebido como emanção direta do povo, consolidando a ideia de que os manifestantes são legítimos representantes da vontade popular. A coocorrência com “brasileiro” amplia esse enquadramento identitário, vinculando o grupo ao conceito de povo brasileiro, fortalecendo a legitimidade coletiva da mobilização.

Por outro lado, termos como “brasil” e “vai” indicam um componente prognóstico, em que se explicitam cursos de ação e direções concretas para a mobilização. Ainda assim, mesmo que o termo “povo” apareça em construções com carga pragmática e estratégica, sua raiz semântica e discursiva se ancora majoritariamente em um frame motivacional, que enfatiza a identidade coletiva, a origem legítima do poder e a centralidade do povo como ator político e social na ação coletiva.

A palavra “guerra”, fortemente coocorrente com termos como “civil”, “ninguém”, “pra”, “quero”, “vai” e “contra”, revela um enquadramento motivacional. A associação direta com “guerra civil” aponta para uma dramatização dos eventos, interpretados pelos manifestantes como um confronto existencial e inevitável contra o sistema vigente. Essa linguagem atua como catalisadora da ação coletiva, intensificando sentimentos de urgência, severidade e dever, centrais nos enquadramentos motivacional e na chamada à ação (Benford, 1993; Benford e Snow, 2000).

As palavras “todos” e “vamos” aparecem com alta frequência nos tweets analisados e cumprem função essencial na construção de enquadramentos prognósticos e motivacionais. Ambas são utilizadas para indicar direção coletiva e mobilização futura, como em expressões do tipo “vamos pra Brasília”, “todos em Brasília” ou “vamos agir agora”. Essas construções linguísticas não apenas evidenciam o caráter estratégico da convocação, mas também visam motivar os manifestantes a mobilizar para a ação, movendo as pessoas da passividade para a atividade, processo onde o enquadramento motivacional vê-se crucial (Benford e Snow, 2000).

A presença do termo “congresso”, que coocorre com palavras como “nacional”, “senado”, e “invadir”, sugere a construção de um enquadramento diagnóstico que identifica as instituições democráticas, em especial o Legislativo, como alvo central da

crítica e da ação do grupo mobilizado. O uso de verbos como invadir e a repetição de Brasília neste contexto reforçam a ideia de que o Congresso é visto como o espaço onde a manifestação, ou, no caso, a invasão, tem de ocorrer.

Semelhantemente, o termo “poder”, conectado a palavras como “tomada”, “tomar”, “povo” e “emana”, representa, nesse contexto, tanto um enquadramento prognóstico quanto motivacional. As duas primeiras coocorrências - “tomada” e “tomar” - sugerem uma proposta de ação concreta, voltada à apropriação direta do poder pelo povo, sinalizando um roteiro de ação que visa alterar a configuração institucional vigente. Já as palavras “povo” e “emana” evocam diretamente o princípio republicano de que “todo o poder emana do povo”, funcionando como base simbólica e argumentativa para a mobilização. Nesse caso, o enquadramento motivacional aparece ao reforçar a legitimidade da ação coletiva, incitando os participantes a se verem como protagonistas de uma correção da ordem política.

Observa-se, assim, uma contradição significativa: ainda que os atos antidemocráticos de 8 de janeiro representem objetivamente um ataque às instituições democráticas e ao Estado Democrático de Direito, o discurso mobilizador que os sustenta se ancora, de maneira estratégica, em valores fundacionais da democracia republicana.

Por fim, a expressão “greve” “geral”, fortemente associada a termos como “poucos”, “chamados”, “escolhidos”, “patriotas” e “partir”, atua como um claro exemplo de enquadramento prognóstico, ao representar uma estratégia de ação amplamente incentivada pelos manifestantes contrários ao resultado das eleições presidenciais de 2022. Desde o período imediatamente posterior ao pleito, até a ocorrência da invasão em Brasília, a ideia de uma paralisação nacional, mobilizada por um grupo supostamente selecionado e patriótico, foi constantemente difundida como um caminho viável para pressionar instituições e reverter os rumos políticos do país.

Embora a hipótese distribucional sugira que o sentido pode ser inferido a partir da coocorrência de termos (Firth, 1957), esse processo revela apenas parte do significado. Isso ocorre porque o uso de janelas contextuais não capta dimensões sintáticas, pragmáticas ou discursivas mais amplas, como ironia, por exemplo (Lison & Kutuzov, 2017).

Tabela 8: Relação da coocorrência das palavras mais frequentes aos 10 termos selecionados como mais representativos do período posterior aos atos

Palavras anteriores mais frequentes (janela = 3)	Termo	Palavras posteriores mais frequentes (janela = 3)
infiltrados (4165)	patriotas	infiltrados (3525)
todos (2841)		bem (2561)
pra (2496)		terroristas (2418)
terroristas (2302)	manifestantes	terroristas (6913)
polícia (1723)		brasil (2424)
contra (1722)		golpistas (2143)
terroristas (15315)	brasil	brasil (8075)
pra (12084)		cercar (6928)
atos (11224)		pra (5350)
brasil (3436)	povo	brasileiro (6685)
poder (2737)		brasil (4299)
povo (2490)		povo (2490)
patriotas (3525)	infiltrados	patriotas (4165)
petistas (2058)		esquerda (2884)
manifestantes (1355)		tudo (1610)
infiltrados (2884)	esquerda	direita (1675)
direita (1574)		patriotas (1178)
tudo (1354)		tudo (978)
brasil (3413)	brasil	brasil (1998)
patriotas (2288)		guerra (1557)
golpe (2182)		povo (1514)
pra (3248)	guerra	civil (13185)
vai (2822)		infinita (2984)
agora (1744)		contra (1974)
presidente (3516)	lula	brasil (3149)
governo (3039)		intervenção (2278)
brasil (2330)		vai (1595)
golpe (3369)	contra	democracia (6769)
ato (2432)		estado (2316)
guerra (1974)		povo (2075)

A análise das coocorrências da palavra “patriotas” em tweets publicados após o 8 de janeiro revela uma transformação nos enquadramentos motivacionais e prognósticos associados à identidade dos manifestantes. Embora ainda utilizada para a composição da identidade do movimento, A presença massiva do termo "infiltrados", coocorrente com "patriotas" em mais de 4 mil tweets, constitui um indício de possível deslocamento da responsabilidade pelos atos de vandalismo, compondo um enquadramento diagnóstico defensivo. A reiteração do termo "terroristas" pode, de forma análoga, indicar um esforço discursivo de reversão da criminalização do movimento.

Em contraste com o período anterior, no qual os enquadramentos relacionados ao termo “patriota” enfatizavam a identidade nacional (“brasil”) e a urgência da ação (“vamos”, “atenção”), o período posterior se caracteriza por um discurso mais diagnóstico, reativo e justificativo, centrado na defesa da imagem do grupo e na tentativa de reconfigurar a narrativa pública sobre os acontecimentos.

A forte coocorrência do termo "manifestantes" com "terroristas" e "golpistas" pode indicar um enquadramento diagnóstico por contraste. Ainda que esses termos sejam frequentemente mobilizados por autoridades e veículos da grande imprensa para criminalizar os atos de 8 de janeiro, a recorrência de "manifestantes" no corpus dos apoiadores sugere, como hipótese interpretativa, uma tentativa de contrapor essa definição dominante. Tal padrão léxico pode apontar para o uso de "manifestantes" não como designação neutra, mas como rótulo político ativo que disputa o enquadramento dominante dos eventos, ressignificando-os como expressão legítima de descontentamento popular. Contudo, a confirmação dessa hipótese demandaria uma leitura qualitativa dos tweets, capaz de contextualizar os usos do termo e distinguir entre citação, adesão e contestação da nomenclatura.

Tais disputas semânticas são componentes centrais dos enquadramentos diagnósticos, nos quais os atores buscam redefinir a natureza do problema e seus responsáveis, mobilizando sentidos alternativos diante das narrativas hegemônicas - um processo descrito por Snow e Benford (1988) como parte das “disputas de enquadramento”, em que os movimentos sociais constroem enquadramentos para sustentar sua legitimidade diante da opinião pública e ampliar a ressonância de suas mensagens. Quando essas disputas ocorrem entre os movimentos sociais e oponentes

externos a esses movimentos, como a mídia, neste caso, elas são descritas por Ryan (1991) como “contestações de enquadramento”.

No período posterior, o termo “Brasília” passa a figurar em um campo semântico distinto, associado a palavras como “terroristas”, “cercar” e “atos”. Essa mudança de coocorrência revela uma inflexão do componente prognóstico observado anteriormente para um enquadramento diagnóstico, no qual Brasília deixa de ser apenas o destino de uma mobilização futura e passa a simbolizar o local do acontecimento violento já consumado.

O termo “povo”, no período posterior, mantém um papel central nos enquadramentos motivacionais. A persistente coocorrência com palavras como “brasileiro”, “poder” e “brasília” reforça um frame identitário no qual os manifestantes continuam se posicionando como legítimos representantes da vontade popular e defensores da soberania nacional. Esse uso reiterado de “povo” como categoria fundante da ação coletiva demonstra a continuidade de um enquadramento que busca mobilizar apoio a partir da evocação de pertencimento, autenticidade e representação legítima.

A emergência dos termos “infiltrados” e “esquerda” no período posterior insere-se claramente em um enquadramento diagnóstico, direcionando a responsabilidade pelos atos de vandalismo a agentes externos à mobilização original. A associação frequente de “infiltrados” com “petistas”, “esquerda” e “manifestantes” evidencia uma tentativa de dissociar a identidade dos participantes da ação violenta, reconfigurando retrospectivamente os eventos e preservando a imagem dos “patriotas”. Trata-se de uma estratégia discursiva de contestação de frames, na qual se disputa a interpretação pública dos acontecimentos ao deslocar a culpa para o adversário político. Como observado por Gamson (1992), a luta por significado é central nos processos de enquadramento, e aqui se expressa na construção de um contra-frame que acusa o campo opositor de sabotagem e infiltração, buscando ressignificar os atos em Brasília como produto de uma armadilha política, e não de uma ação coletiva autêntica.

No período posterior, o termo “Brasil” mantém sua centralidade, mas adquire novos matizes semânticos. A coocorrência intensa com “brasília”, “patriotas” e “golpe” revela um enquadramento diagnóstico, no qual “brasil” passa a figurar como vítima de uma suposta usurpação de poder, enquadramento reforçado também pela associação com “guerra” e “povo, que evocam conflito e legitimidade popular. Enquanto, antes do dia 8, “brasil” era apresentado sobretudo como entidade moral a ser defendida, agora ele aparece no epicentro de uma avaliação do que foi feito.

Já o termo “guerra”, novamente junto com “civil”, reflete um enquadramento diagnóstico-motivacional. O termo “infinita” é provavelmente proveniente de erros do modelo computacional, que coletou os tweets referentes ao filme “Vingadores: Guerra Infinita” que, naquele período, havia sido transmitido na Rede Globo. Os outros termos coocorrentes, entretanto, sugerem um discurso ainda de resistência por parte dos manifestantes, utilizando o termo para criar enquadramentos motivacionais, inspirando e motivando o conflito gerado pela manifestação de Brasília. Dada as semelhanças, também, das palavras coocorrentes com este termo neste momento e no momento anterior, vê-se um possível enquadramento motivacional.

“Lula” surge nesse momento, também, como um provável sinalizador de um enquadramento diagnóstico e prognóstico. Ao coocorrer com o termo “intervenção”, especialmente, medida solicitada pelos protestantes como forma de combater a fraude eleitoral após as eleições (Ferrari, 2024), infere-se que o termo possa ter aparecido como construção de um enquadramento prognóstico de interferência militar. Entretanto, esse mesmo termo pode se referir à medida tomada por Lula após a ocorrência dos atos – uma intervenção federal – e possíveis críticas ao tratamento dado aos manifestantes. Além disso, a clara rivalidade política entre Jair Bolsonaro, figura central no movimento em questão, e Lula, além de um cenário de ampla polarização (Nicoleli e Pinhoni, 2024) e crise institucional (Zucco e Power, 2024), deduz-se uma ampla utilização diagnóstica de antagonização do termo por parte deste movimento.

Por fim, o termo “contra” aparece exclusivamente no período posterior, estreitamente associado a “golpe”, “ato”, “guerra”, “democracia”, “estado” e “povo”. Essa combinação revela um uso quase que unicamente voltado para enquadramentos diagnósticos, nos quais se busca identificar e nomear os culpados por diferentes “injustiças”. De um lado, essas críticas podem ser à suposta violência praticada pelos “infiltrados” de esquerda. De outro, podem servir para denunciar alegações de fraude nas eleições, situando o “golpe” como ameaça central à democracia. Simultaneamente, “contra” também pode ser mobilizado em acusações de abusos de autoridade e maus-tratos aos manifestantes detidos, compondo um diagnóstico multifacetado que tanto disputa a definição do evento quanto questiona as ações do próprio Estado.

4.3 Análise dos bigramas mais utilizados em cada período

Além da análise baseada nos termos isolados e nos tweets mais curtidos, também será realizada uma análise dos bigramas mais utilizados em cada período. O uso dos bigramas permite capturar o contexto imediato entre pares de palavras (como expressões e locuções frequentes) que não são evidentes ao se considerar apenas palavras isoladas. Essa estratégia enriquece a compreensão qualitativa dos textos, pois bigramas muitas vezes revelam nuances de significado, frases feitas ou conceitos que unigrams sozinhos não conseguem expressar adequadamente.

Ademais, integrá-los à análise, em conjunto com os termos isolados e os tweets mais curtidos, oferece uma abordagem mais robusta e contextualizada para identificar padrões linguísticos e discursivos representativos.

Tabela 9: Bigramas Mais frequentes no período anterior aos atos

Expressão	Número de Ocorrências	Enquadramento
para, Brasília	3795	Prognóstico
greve, geral	3284	Prognóstico
congresso, nacional	2440	Prognóstico/diagnóstico
todos, patriotas	2408	Motivacional
povo, brasileiro	1845	Motivacional
forças, armadas	1770	Prognóstico
marmilbr, fab_oficial	1730	Prognóstico
três, poderes	1312	Prognóstico/diagnóstico
código, fonte	1246	Prognóstico
está, hora	1245	Motivacional
guerra, civil	1204	Prognóstico/Motivacional
patriotas, estão	1154	Motivacional
guerra, para	1132	Prognóstico/Motivacional
Brasil, será	1084	Motivacional
América, latina	1056	-
para, cumprir	1042	Motivacional
dias, está	1041	-
ditadura, socialista	1026	Diagnóstico/motivacional
será, pior	1025	Motivacional

suas, obrigações	1023	Motivacional
------------------	------	--------------

Fonte: Autoria Própria

A análise considerando os bigramas mais utilizados nos tweets considerados positivos às manifestações antidemocráticas anteriores ao dia 8 traz poucas novidades em relação às análises anteriores. Os termos indicativos de enquadramentos diagnósticos referem-se ao *establishment* como culpados, bem como acusam a implantação de uma ditadura socialista. As forças armadas, representadas pelo próprio bigrama, são tidas como órgãos capazes de restituir a ordem democrática, cujos protestos virtuais espelham os acampamentos em frente aos quartéis gerais.

Tabela 10: Bigramas Mais frequentes no período posterior aos atos

Expressão	Número de Ocorrências	Enquadramento
campo, concentração	5357	diagnóstico
congresso, nacional	5060	diagnóstico
três, poderes	4489	Diagnóstico
guerra, civil	4325	Diagnóstico/motivacional
povo, brasileiro	3322	Motivacional
patriotas, estão	3154	Diagnóstico
foram, patriotas	2933	Diagnóstico
forças, armadas	2891	Diagnóstico/prognóstico
código, fonte	2481	Diagnóstico/prognóstico
povo, está	2164	Motivacional
infiltrados, esquerda	2095	Diagnóstico
foram, infiltrados	2004	Diagnóstico
patrimônio, público	1993	Diagnóstico
parabéns, patriotas	1890	Motivacional
quebra, quebra	1849	Diagnóstico
alexandre, moraes	1733	Diagnóstico
todos, patriotas	1701	Motivacional
manifestantes, pacíficos	1693	Diagnóstico
tudo, isso	1687	-

está, acontecendo	1664	-
-------------------	------	---

Fonte: Autoria Própria

A análise do conteúdo propagado nos bigramas mais utilizados segue, também, a tendência dos conteúdos nos termos. Representando um conteúdo majoritariamente diagnóstico, os bigramas mais utilizados referenciam os discursos de atenuação da responsabilidade do movimento após a repercussão negativa, conforme representado pelas referências aos supostos infiltrados e aos manifestantes pacíficos. Ao mesmo tempo, vê-se um discurso de antagonização a figuras representantes do *establishment*, como o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, bem como ao processo eleitoral, representado pela utilização dos termos “código fonte”, ainda presente após o período posterior, que se referia a uma das reivindicações dos manifestantes após as eleições de 2022 - o compartilhamento do código fonte das urnas eletrônicas (Barbosa, 2023).

Verifica-se, novamente, através do bigrama mais utilizado, a centralidade do discurso condenando as prisões preventivas do governo aos invasores através da comparação com campos de concentração. As forças armadas também surgem, novamente, como órgãos centrais no enquadramento prognóstico do movimento.

Por fim, percebe-se um discurso motivacional referente aos atos, representado especialmente pelo bigrama “parabéns, patriotas” que atua como uma forma explícita de validação moral e emocional da ação coletiva. A presença do indicativo deste discurso pode sinalizar uma fragmentação da narrativa do movimento após os atos, pois enquanto uma ampla parcela do discurso consistia na desvinculação do movimento com a invasão de Brasília, outra, menor, motivava e validava a ação política.

4.4 Conclusões sobre a Análise de Conteúdos aplicada aos Enquadramentos de Ação Coletiva

Após a análise de ocorrência dos termos mais utilizados nos tweets considerados positivos aos atos, bem como a triangulação com os termos mais coocorrentes a estes e a consideração com os bigramas que mais foram utilizados, percebe-se que, no período anterior, o enquadramento mais proeminente era o prognóstico, seguido do motivacional. Já no período posterior, viu-se uma postura mais defensiva, com o enquadramento sendo primeiramente diagnóstico, mas ainda motivacional.

No primeiro momento, os enquadramentos diagnósticos estão relacionados à narrativa de golpe eleitoral, funcionando como instrumento mobilizador das insatisfações do grupo. Essa narrativa diagnóstica é semelhante àquela adotada pelo movimento social bolsonarista logo após o resultado das eleições de 2022, conforme apontado por Ferrari (2024), quando setores mobilizados passaram a questionar a legitimidade do processo eleitoral e a denunciar, sem evidências, fraudes no sistema de votação. Além da acusação de manipulação eleitoral, o diagnóstico também inclui uma crítica contundente ao *establishment* político e às instituições democráticas.

Já no segundo período, vê-se um enquadramento diagnóstico que ainda mantém as alegações de fraude eleitoral e críticas ao *establishment*, agora concentradas especialmente em figuras como Alexandre de Moraes e Lula. A novidade, contudo, é a incorporação de um discurso voltado diretamente aos atos de 8 de janeiro. Enquanto uma parcela significativa dos comentários repudia o ocorrido e tenta desvincular o movimento social da ação violenta, responsabilizando supostos infiltrados da oposição, uma parcela minoritária reivindica os atos como legítima manifestação da vontade popular, caracterizando-os como um levante contra a ordem institucional.

Além disso, observa-se um deslocamento do foco argumentativo para a crítica ao tratamento dado aos manifestantes após os atos, com discursos que comparam as prisões preventivas a campos de concentração e que denunciam abusos cometidos pela esquerda. Nesse contexto, também surgem postagens que questionam a legitimidade da intervenção federal decretada por Lula no Distrito Federal, reafirmando a percepção de que o Estado estaria agindo de forma autoritária e desproporcional frente ao que seria, para esses setores, uma expressão legítima de insatisfação popular.

Em relação aos enquadramentos prognósticos do primeiro período, viu-se que essa foi a categoria mais proeminente nos três dias anteriores aos atos de 8 de janeiro. As postagens analisadas apresentavam, com frequência, propostas claras de ação para enfrentar o que era diagnosticado como uma ruptura institucional ou um golpe eleitoral.

Dentre as principais estratégias prognósticas identificadas nesse intervalo, destacam-se: a convocação para ocupar Brasília em protesto contra a suposta fraude eleitoral e a favor do impeachment de Lula, reforçando a ideia de que a mobilização popular seria capaz de pressionar as instituições e reverter os resultados; o pedidos por intervenção das Forças Armadas como meio legítimo de destituir o presidente e restaurar, segundo a narrativa bolsonarista, a “ordem democrática”; e, ainda, a proposição de parar o país por meio de uma greve geral, com o objetivo de gerar instabilidade e paralisar o

funcionamento das instituições. Esses enquadramentos prognósticos revelam o caráter estratégico e mobilizador do discurso nesse período, orientando a ação coletiva para objetivos concretos.

No período posterior aos atos, observou-se uma diminuição expressiva no uso de enquadramentos prognósticos, indicando uma mudança na postura discursiva dos apoiadores, que passaram a adotar um tom mais defensivo diante das repercussões negativas e da repressão institucional. Ainda assim, os poucos elementos prognósticos presentes nesse momento continuaram a reforçar pautas anteriormente mobilizadas, como os pedidos de auditoria e liberação do código-fonte das urnas eletrônicas, bem como os apelos às Forças Armadas para uma suposta intervenção.

Os enquadramentos motivacionais apresentam baixa variação ao longo do tempo, mantendo uma estrutura relativamente estável centrada na formação de uma identidade coletiva e na convocação à ação. A identidade coletiva é construída por meio de elementos nacionalistas, que reforçam a ideia de pertencimento a uma nação ameaçada, enquanto os apelos à ação enfatizam a urgência e a gravidade da situação, sugerindo que medidas imediatas são necessárias para restaurar a ordem ou proteger valores considerados essenciais.

É importante destacar que, em ambos os períodos analisados, a mobilização foi frequentemente enquadrada como uma "guerra civil", expressão que carrega forte apelo simbólico e foi utilizada para atribuir aos eventos um caráter de insurreição legítima e necessária, funcionando como mecanismo de coesão interna e de justificação das ações adotadas pelos manifestantes.

Além disso, esses enquadramentos motivacionais revelam traços de uma retórica populista, especialmente pelo uso recorrente do termo “povo”, que delimita uma fronteira simbólica entre o coletivo legítimo e os inimigos internos ou externos. Essa característica aproxima os enquadramentos motivacionais da lógica populista de articulação de identidades coletivas, conforme discutido por Dias, von Bülow e Gobbi (2021), que identificam o uso de mecanismos de enquadramento populistas como “antagonismo” e “reducionismo” por organizações ativistas de direita no Brasil.

O mecanismo de antagonismo, por exemplo, reforça essa divisão dicotômica entre o “povo virtuoso” e os “inimigos do povo”, sendo fundamental para consolidar uma identidade coletiva mobilizadora. Já o reducionismo, baseado na concepção do populismo como uma “ideologia fina” (Mudde, 2006) permite condensar múltiplas queixas em uma

única narrativa abrangente, subordinando diversas demandas a uma causa central, como a luta contra a corrupção ou o nacionalismo.

Esses mecanismos não apenas ajudam a motivar a ação coletiva, como também operam como operadores discursivos de alcance médio que articulam uma identidade coletiva ampla. Como argumenta Aslanidis (2018), o populismo pode funcionar como um master frame de ação coletiva - um enquadramento discursivo abrangente, capaz de integrar uma variedade de queixas sob a oposição fundamental entre um “povo soberano” e “elites corruptas”.

Essa retórica é também encontrada nos enquadramentos diagnósticos. Segundo Aslanidis (2018), uma característica intrínseca de movimentos sociais que utilizam o master frame populista como base retórica é a tendência de dividir a sociedade em dois campos moralmente antagônicos: o povo virtuoso contra elites corruptas. Nesse sentido, os enquadramentos diagnósticos não apenas identificam problemas sociais, mas também os associam a uma elite conspiradora que age contra os interesses populares. No caso aqui apresentado, esse elemento retórico é representativo do anti-institucionalismo e anti-pluralismo, características centrais do populismo (Mudde e Rovira Kaltwasser, 2017), visto pela antagonização às instituições democráticas e às figuras representativas destas instituições.

Em relação aos enquadramentos prognósticos, nota-se que os discursos analisados seguem o padrão identificado por Aslanidis (2018) e Dias, von Bülow e Gobbi (2021) em movimentos que se articulam por meio de uma retórica populista. Em vez de apresentarem propostas concretas de transformação institucional ou reformas específicas, os tweets analisados evocam objetivos amplos e vagos, como a defesa da “liberdade”, o resgate da “verdadeira democracia” ou a reconstrução de um “Brasil do povo”.

Essa análise evidencia como a retórica populista mobilizada nos enquadramentos de ação coletiva após os atos de 8 de janeiro de 2023 revela um paradoxo central das democracias contemporâneas. Conforme argumenta Chantal Mouffe (2000), o próprio ideal democrático contém em si um componente paradoxal, pois exige a constituição de uma identidade coletiva (“nós”) que necessariamente exclui um “outro” - uma divisão que, embora inerente ao jogo democrático, pode ser capturada por lógicas políticas antipluralistas e autoritárias.

No caso analisado, os enquadramentos motivacionais e diagnósticos estruturados pela oposição entre “povo” e “elites corruptas” operam precisamente dentro dessa lógica, convertendo o dissenso democrático em antagonismo moral irreconciliável. Ao mesmo

tempo, a ausência de propostas concretas nos enquadramentos prognósticos, substituídas por apelos vagos à soberania popular ou à salvação nacional, reforça a natureza ideológica “fina” do populismo (Mudde, 2006), que subordina diferentes demandas a um conflito binário.

Os resultados indicam que os enquadramentos de ação coletiva utilizados pelo movimento antidemocrático antes, durante e após os atos antidemocráticos do 8 de janeiro são articulados através de uma retórica populista, que, embora alegadamente fundada em valores republicanos, contribui para a corrosão dos princípios normativos da democracia liberal, revelando um paradoxo entre a mobilização pela “verdadeira democracia” e a prática política antidemocrática.

4.5 Para além dos enquadramentos de ação coletiva

A análise dos termos, coocorrências e bigramas presentes no corpus permite identificar a emergência de subenquadramentos discursivos relativamente estáveis, que atravessam e qualificam os enquadramentos mais amplos mobilizados pelos apoiadores dos atos antidemocráticos.

Um primeiro subenquadramento claramente observável é o conspiratório, estruturado em torno da ideia de que os acontecimentos não seriam resultado da ação legítima dos próprios manifestantes, mas consequência da atuação de agentes externos e ocultos. Esse padrão aparece de forma recorrente na associação entre termos como “infiltrados” e “esquerda”, bem como na vinculação desses elementos a expressões como “petistas” e “terroristas”, sugerindo a construção de uma narrativa de sabotagem deliberada.

A esse núcleo soma-se a presença persistente de termos relacionados ao processo eleitoral, como “código fonte”, que remetem à desconfiança em relação às urnas eletrônicas e reforçam a ideia de fraude e manipulação institucional. A combinação desses elementos linguísticos indica um esforço discursivo contínuo de deslocamento da responsabilidade dos atos e de redefinição do evento como resultado de uma conspiração articulada contra o grupo e contra a “verdadeira” vontade popular.

Um segundo subenquadramento recorrente pode ser identificado a partir da centralidade de termos ligados à segurança, à ordem e ao militarismo. Esse

subenquadramento se expressa na recorrência de bigramas como “forças armadas” e “guerra civil”, frequentemente associados a referências às instituições centrais do Estado, como “Congresso Nacional” e “Três Poderes”. A coocorrência desses termos sugere a representação de um cenário de colapso da ordem política, no qual a normalidade democrática seria insuficiente para lidar com a crise em curso.

Nesse contexto, as forças armadas aparecem discursivamente como atores dotados de legitimidade moral e capacidade prática para restaurar a ordem, enquanto a evocação da ideia de “guerra” contribui para a dramatização do conflito e para a naturalização de soluções excepcionais e coercitivas.

Por fim, observa-se a consolidação de um subenquadramento de vitimização e ressentimento, especialmente visível no período posterior aos atos. Esse padrão discursivo se manifesta na associação entre termos como “povo” e expressões que indicam sofrimento, injustiça e repressão, bem como na recorrência de bigramas que descrevem os participantes como “manifestantes pacíficos”. Destaca-se, nesse conjunto, o uso de comparações extremas, como a referência a “campos de concentração”, que opera como recurso retórico de forte carga emocional ao equiparar a atuação do Estado a práticas historicamente associadas a regimes de violência extrema.

As coocorrências entre palavras como “contra”, “estado” e “governo” reforçam essa narrativa, apresentando os manifestantes como alvos de abusos e perseguições, e não como agentes responsáveis pelos eventos ocorridos. Esse subenquadramento contribui para a reconstrução simbólica do grupo como moralmente legítimo e injustiçado, funcionando como mecanismo de recomposição identitária e de manutenção do engajamento discursivo mesmo diante da perda de apoio público mais amplo.

A discussão desses subenquadramentos dialoga diretamente com a tipologia proposta por Kaysel e Bianchi (2025), que concebem o bolsonarismo como uma coalizão discursiva articulada em torno de quatro pilares: neofascismo, autoritarismo militar, neoliberalismo econômico e conservadorismo religioso. Os padrões identificados no corpus indicam uma convergência particularmente forte com os eixos do neofascismo e do autoritarismo militar.

O subenquadramento conspiratório, ao construir inimigos internos difusos, como “esquerda”, “petistas” e supostos sabotadores do processo eleitoral, e ao deslegitimar instituições centrais da ordem democrática, aproxima-se diretamente da lógica neofascista descrita por Kaysel e Bianchi (2025), marcada pelo antipluralismo, pela polarização moral absoluta e pela transformação do adversário político em ameaça

existencial. De modo complementar, o subenquadramento centrado na ordem, na segurança e no militarismo, expresso pela recorrência de referências às “forças armadas”, à “guerra civil” e ao colapso institucional, dialoga de forma mais intensa com o pilar do autoritarismo militar, ao naturalizar soluções excepcionais e ao atribuir às instituições armadas um papel de tutela da vida política.

A relação com o neoliberalismo econômico, por sua vez, mostra-se bastante fraca no material analisado, aparecendo apenas de maneira indireta e residual, sobretudo na retórica antagônica à “esquerda” ou a uma suposta “ditadura socialista”, sem a presença consistente de termos, bigramas ou coocorrências ligados a agendas econômicas, reformas de mercado ou defesa explícita do liberalismo econômico.

Ainda mais surpreendente é a ausência substantiva do núcleo do conservadorismo evangélico, também destacado por Kaysel e Bianchi (2025) como pilar do bolsonarismo: referências religiosas ou morais não emergem de forma significativa nos subenquadramentos identificados, sugerindo que, no contexto específico dos atos analisados, esse componente teve peso discursivo reduzido ou secundário em relação às dimensões neofascistas e autoritário-militares.

No momento anterior aos atos, o subenquadramento centrado na ordem e no militarismo já se encontra claramente ativado. Um tweet amplamente compartilhado afirma que “É PRECISO A UNIÃO DE TODOS PARA PARAR O PAÍS! O EXÉRCITO ESTÁ DANDO A DICA!!! O OBJETIVO É A PRAÇA DOS 3 PODERES DE FORMA ORDEIRA”, atribuindo às Forças Armadas um papel implícito de orientação e legitimidade da mobilização. A homenagem pública ao Almirante Garnier, descrito como alguém que “não aceitou a bater continência para o Ladrão”, reforça essa associação simbólica entre o movimento e segmentos militares, sugerindo que haveria, no interior das Forças Armadas, atores alinhados moralmente com a causa dos manifestantes. Ao mesmo tempo, a recorrência de termos como “guerra” introduz uma dramatização crescente do conflito político, que tensiona a fronteira entre protesto e ruptura institucional, ainda que frequentemente revestida pela retórica da ordem e da pacificidade.

Após os atos antidemocráticos, observa-se uma inflexão discursiva significativa. O subenquadramento conspiratório, que antes aparecia de forma mais difusa, torna-se central na explicação dos acontecimentos. Tweets como “Antidemocrático são vcs olha vários petistas infiltrados a mando e pagos por vcs” e afirmações de que “A esquerda é maioria somente nas urnas do Xandão” explicitam a construção de uma narrativa segundo

a qual os eventos não teriam sido produto da ação legítima dos próprios manifestantes, mas resultado de sabotagem deliberada promovida por inimigos internos.

Essa leitura conspiratória se articula diretamente à deslegitimação das instituições eleitorais e judiciais, como no enunciado “O POVO ESTA CONTRA O STF E A FALTA DE TRANSPARÊNCIA NAS ELEIÇÕES. NAO TEM NADA DE GOLPE E TERRORISMO”, reforçando a ideia de que acusações de golpe ou terrorismo seriam estratégias políticas para criminalizar um movimento essencialmente popular.

Paralelamente, intensifica-se no período posterior o subenquadramento de vitimização e ressentimento. Os participantes passam a ser retratados como alvos de perseguição estatal, em contraste com a impunidade atribuída a figuras associadas à corrupção, como no tweet que afirma: “Precisam de lugar nos presídios para prender patriotas que ousam se manifestar”. A própria ocupação dos prédios públicos é ressignificada por meio de enunciados como “como pode o povo invadir o que é dele pago por ele???”, que negam a ideia de invasão e reafirmam a noção de pertencimento popular às instituições do Estado. Esse deslocamento discursivo permite reconstruir simbolicamente os manifestantes como vítimas de abuso e injustiça, preservando sua legitimidade moral mesmo diante da ampla condenação pública dos atos.

O subenquadramento autoritário-militar também se reconfigura no pós-evento, passando da convocação implícita à tutela das Forças Armadas para a justificação explícita de medidas excepcionais. A evocação da “guerra” como forma de ação política — “Uma guerra não palavras bonitas!!! O POVO acordou e se levantou contra todos os políticos corruptos!!! Supremo é o POVO!!!” — reforça a naturalização do conflito e da coerção como respostas legítimas à crise. De modo semelhante, a problematização da intervenção federal, ao sugerir que “Intervenção Federal é uma medida EXTREMAMENTE excepcional para, entre outros motivos, coibir grave comprometimento de ordem pública. Horas de uma manifestação que já estava controlada não é motivo pra isso. Ou seja: Lula deu um Golpe?”, desloca o foco da ilegalidade dos atos para a suposta arbitrariedade das respostas institucionais, invertendo a relação entre ruptura democrática e defesa da ordem.

4.6 Discursos de rejeição aos atos antidemocráticos: análise exploratória por nuvens de palavras

Além da análise dos subenquadramentos mobilizados pelos apoiadores dos atos antidemocráticos, torna-se analiticamente relevante observar o conteúdo dos tweets classificados como negativos aos eventos, tanto no período anterior quanto no posterior a 8 de janeiro. O exame desse conjunto permite compreender como a rejeição aos atos foi discursivamente construída, quais termos e associações semânticas se destacaram e de que modo o teor das críticas se reorganizou ao longo do tempo, especialmente após a materialização da violência e da ruptura institucional.

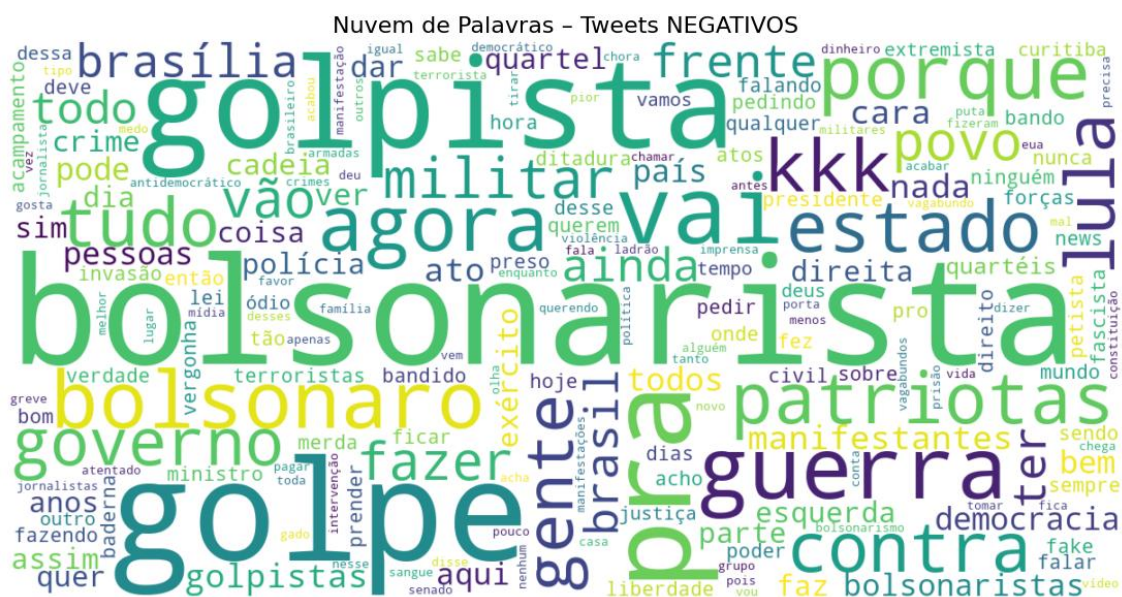
Para esse objetivo específico, optou-se pelo uso de nuvens de palavras como estratégia metodológica exploratória. Diferentemente das análises anteriores, voltadas à identificação de subenquadramentos relativamente estáveis por meio de coocorrências, bigramas e padrões discursivos complexos, o foco aqui recai sobre a visualização sintética e comparativa do vocabulário predominante nos tweets negativos. As nuvens de palavras permitem captar, de forma direta, os termos mais recorrentes e salientes nesse conjunto textual, oferecendo uma leitura panorâmica do repertório semântico mobilizado nas críticas aos atos antidemocráticos.

A adoção dessa técnica se justifica, portanto, pela natureza distinta do problema analítico. Não se busca, neste subcapítulo, reconstruir estruturas discursivas profundas ou enquadramentos normativos, mas identificar rapidamente os eixos léxicos centrais que organizam a desaprovação aos eventos — como referências à violência, à ilegalidade, à ameaça à democracia ou à responsabilização de atores políticos específicos. Nesse sentido, a aplicação integral do procedimento metodológico empregado nas seções anteriores seria redundante e desproporcional ao objetivo proposto, uma vez que implicaria um nível de sofisticação analítica que não acrescentaria ganhos substantivos à compreensão do fenômeno em questão.

Assim, as nuvens de palavras funcionam aqui como instrumento complementar, voltado à exploração e à comparação entre os períodos anterior e posterior aos atos, permitindo evidenciar continuidades e deslocamentos no vocabulário crítico. Essa estratégia contribui para contextualizar os subenquadramentos previamente identificados, ao contrastá-los com o léxico mobilizado pelos discursos de rejeição, oferecendo uma visão mais abrangente da disputa simbólica em torno dos acontecimentos de 8 de janeiro no espaço público digital.

Segue, abaixo, a nuvem referente aos tweets negativos do período anterior aos atos:

Figura 4: Nuvem contendo as palavras mais utilizadas nos tweets negativos aos atos antidemocráticos no período anterior à invasão de Brasília



Fonte: Autoria Própria

No período anterior aos atos, a nuvem de palavras sugere, por meio de indícios léxicos recorrentes, que as críticas se organizavam em torno de três eixos principais. Em primeiro lugar, observa-se um movimento de responsabilização política, indicado pela elevada frequência de termos como “Bolsonaro”, “golpistas” e “bolsonaristas”. A centralidade dessas referências aponta para a construção de um nexos causal entre os eventos em curso e atores políticos específicos, sugerindo que a desaprovação não se dirigia apenas a abstrações institucionais, mas a sujeitos e grupos percebidos como fomentadores da mobilização antidemocrática.

Em segundo lugar, o vocabulário predominante oferece sinais de um processo de criminalização e delegitimação dos atos até então. A recorrência de palavras como “golpe”, “atentado”, “crime”, “terroristas”, “greve” e “bandido” indica que os eventos eram frequentemente enquadrados como ilegais e incompatíveis com a ordem

e “bolsonaristas”, indicando a continuidade da atribuição de responsabilidade a atores específicos, agora reafirmada à luz da concretização dos eventos. Paralelamente, observa-se um aprofundamento do processo de criminalização, com a manutenção de termos como “golpe”, “golpista” e “crime”, agora articulados a referências mais diretamente vinculadas à ação violenta consumada, como “invasão”, e acompanhados por um aumento na saliência de categorias mais duras, como “terroristas”.

Esse deslocamento lexical sugere que, após os acontecimentos, o discurso crítico passa a operar com classificações mais severas, em contraste com o período anterior, no qual termos relativamente mais brandos apareciam com maior recorrência. Além disso, a referência à democracia não apenas se mantém, mas adquire maior centralidade como eixo normativo do discurso negativo, funcionando como parâmetro explícito para a avaliação dos atos e para a condenação de sua incompatibilidade com a ordem democrática. Em conjunto, esses elementos indicam que a materialização da violência contribuiu para o aumento do uso de um vocabulário mais crítico, reforçando acusações de ilegitimidade e criminalidade e ancorando as críticas em valores democráticos de forma mais explícita e central do que no período anterior.

O período posterior à invasão de Brasília refletiu um momento singular na história política recente do Brasil, especialmente no contexto da democratização do debate público no espaço digital. Ao longo da última década, as plataformas de mídia digital foram amplamente utilizadas por atores associados ao bolsonarismo e às ultradireitas para disseminar conteúdos e articular mobilizações políticas que frequentemente têm o intuito de tensionar os limites da democracia no Brasil (Von Bülow, Avritzer e Santana, 2024; Freitas Alves, 2025).

Entretanto, os dados analisados neste trabalho sugerem que, ao menos no contexto imediatamente posterior às invasões, essa dinâmica sofreu uma inflexão. Essa mudança se reflete não apenas em indicadores quantitativos, conforme apresentado anteriormente, mas também no conteúdo e no léxico das mensagens negativas, nos quais a defesa da “democracia” emerge como eixo normativo recorrente. Nesse sentido, o período posterior aos atos parece ter configurado uma conjuntura excepcional, na qual o espaço público digital, historicamente marcado pela proeminência de discursos antidemocráticos, passou a abrigar, de forma mais visível, narrativas de rejeição à ruptura institucional e de reafirmação de valores democráticos.

Tal configuração reforça a leitura de que os acontecimentos de 8 de janeiro produziram um rearranjo momentâneo nas disputas simbólicas online, sem que isso

implique, contudo, a superação estrutural das assimetrias e polarizações que caracterizam o debate político digital no Brasil contemporâneo.

5. Conclusão

Esta dissertação teve como pergunta central: Quais as características dos enquadramentos de ação coletiva mobilizados pelos apoiadores das manifestações antidemocráticas antes e depois do dia 8 de janeiro de 2023 no Twitter/X?. O objetivo foi compreender a crise democrática a partir de uma perspectiva *bottom-up*, partindo do conteúdo produzido por apoiadores das mobilizações e comparando duas janelas temporais para avaliar mudanças na composição discursiva da base de apoio.

Metodologicamente, o trabalho combinou abordagens da Ciência Social Computacional com referenciais teóricos dos estudos sobre movimentos sociais, enquadramentos, ultradireitas e populismo. O corpus foi extraído do ITED-Br (Iasulaitis et al, 2025), resultando em um grande volume de tweets organizado em dois recortes temporais: anterior e posterior à invasão de Brasília. O pipeline incluiu normalização, pré-processamento, rotulação manual e treinamento de modelos de PLN, além de análises de incidência e coocorrência de termos e bigramas.

Os resultados principais mostram uma alteração clara na composição dos enquadramentos entre os dois períodos analisados. No recorte anterior aos atos, predominavam enquadramentos prognósticos - formulações de soluções, ações e roteiros de mobilização - enquanto no período posterior tornou-se mais frequente o uso de enquadramentos diagnósticos, voltados à identificação de culpados e problemas após a falha do evento. Além disso, os enquadramentos de ação coletiva mobilizados exibem forte marca populista: antagonização do “povo” contra instituições e uso intenso do nacionalismo como elemento identitário.

A análise de subenquadramentos revelou padrões discursivos estáveis. Destacam-se, entre outros, um subenquadramento conspiratório, que desloca responsabilidades reais para agentes ocultos; um subenquadramento autoritário-militar, que clama a tutela das Forças Armadas e vocaliza medidas excepcionais; e um conjunto de formulações que reconfiguram a própria noção de “invasão” como apropriação popular legítima (expressões que remetem à posse e ao “poder emana do povo”). Termos como “guerra”,

“tomada”, “greve geral” aparecem como recursos prognósticos que articulam roteiro de ação e legitimação moral. Esses subenquadramentos ajudam a explicar por que a retórica mobilizadora permaneceu coerente com uma retórica antidemocrática mesmo quando ancorada em signos republicanos.

A análise exploratória dos tweets classificados como negativos aos atos indica que, no período posterior, emergiu de forma mais visível um repertório discursivo de defesa da democracia e de condenação da violência, sinalizando um rearranjo momentâneo nas disputas simbólicas públicas. No entanto, os resultados também mostram que esse rearranjo foi conjuntural: a mudança de vocabulário não implica, por si só, a superação das assimetrias estruturais e da polarização que permeiam o espaço digital político.

Em termos avaliativos, a pergunta de pesquisa formulada foi respondida: a dissertação identifica e caracteriza as categorias de enquadramento presentes nos tweets favoráveis aos atos, descreve a mudança entre prognóstico e diagnóstico entre os recortes temporais e documenta os subenquadramentos e a presença de um master-frame populista que articula identidade e antagonismo. Os achados permitem afirmar de forma fundamentada que a invasão de Brasília alterou a composição discursiva e afetiva da base de apoio no curto prazo, deslocando ênfases e reconfigurando estratégias interpretativas.

Como contribuição central, a dissertação oferece insumos empíricos, metodológicos e analíticos relevantes para o estudo da crise democrática contemporânea. Em primeiro lugar, o trabalho desenvolve e disponibiliza publicamente um pipeline metodológico replicável, que integra coleta automatizada, pré-processamento, rotulação manual, classificação supervisionada e análise exploratória de dados textuais, permitindo a articulação entre análises quantitativas em larga escala e leituras qualitativas orientadas teoricamente da opinião pública expressa no Twitter/X.

Em segundo lugar, a pesquisa entrega duas bases de dados originais e abertas, compostas por tweets rotulados como positivos, neutros e negativos em relação aos atos antidemocráticos, organizadas em dois períodos distintos, o que amplia as possibilidades de replicação, comparação temporal e uso cumulativo por outros pesquisadores. Em terceiro lugar, o estudo contribui para a compreensão da crise democrática a partir da sociedade civil através de duas especificidades pouco exploradas de forma integrada: o caso brasileiro e a centralidade do discurso político em ambientes digitais, onde enquadramentos de ação coletiva são produzidos, disputados e ressignificados em tempo real.

Por fim, ao articular teoria dos enquadramentos, populismo e ultradireitas com métodos computacionais, a dissertação contribui para o diálogo entre Ciência Política e Ciência Social Computacional ao incorporar estratégias de *big data* e explorar a alta capacidade inferencial associada à análise de grandes volumes de dados textuais.

Entre as limitações da pesquisa, algumas ressalvas devem ser explicitadas. Em primeiro lugar, os dois recortes temporais analisados são relativamente curtos, o que restringe a capacidade de captar dinâmicas discursivas de médio e longo prazo, bem como processos graduais de sedimentação, reconfiguração ou esvaziamento dos enquadramentos identificados. Assim, os resultados dizem respeito prioritariamente a um momento crítico e de alta intensidade política, não permitindo inferências diretas sobre a persistência desses padrões ao longo do tempo.

Em segundo lugar, embora os modelos de PLN empregados tenham alcançado desempenho satisfatório, erros de classificação permanecem inevitáveis. A presença de ironia, ambiguidade semântica, uso estratégico de linguagem codificada e referências contextuais específicas pode ter afetado a atribuição correta de rótulos, o que introduz ruído nos resultados agregados.

Em terceiro lugar, o corpus analisado não corresponde à totalidade dos tweets publicados no período. Parte do conteúdo pode não ter sido recuperada em razão de apagamentos posteriores, suspensões de contas, limitações da API ou restrições impostas pelas próprias políticas da plataforma. Esse viés de disponibilidade é inerente a pesquisas baseadas em dados de redes sociais e pode impactar a representatividade do material empírico.

Ademais, a estratégia analítica adotada privilegiou a análise de termos, coocorrências e bigramas, o que implica uma leitura mais agregada e fragmentada do conteúdo textual. A ausência de uma exploração sistemática do texto integral dos tweets dificulta a apreensão completa de contextos discursivos específicos. Desse modo, as evidências apresentadas devem ser compreendidas como indícios empíricos de padrões discursivos mais amplos, e não como reconstruções exaustivas ou definitivas do sentido de cada mensagem individual.

Por fim, a dissertação estabelece um diálogo direto e consistente com o trabalho de Ferrari (2024), tanto no plano teórico quanto no empírico-metodológico. Ambos os estudos partem da noção de enquadramentos de ação coletiva para analisar conteúdos produzidos em plataformas de socialização digital. Nesse sentido, as duas pesquisas compartilham a premissa de que a compreensão desses fenômenos exige atenção às

dinâmicas discursivas produzidas “de baixo para cima”, a partir da atuação de apoiadores e militantes no ambiente digital.

Há, também, uma clara complementaridade temporal e analítica entre os trabalhos. Enquanto Ferrari (2024) se debruça sobre o período imediatamente posterior às eleições presidenciais de 2022, analisando como enquadramentos de ação coletiva foram mobilizados para contestar o resultado eleitoral, sustentar narrativas de fraude e preparar simbolicamente o terreno para a radicalização política, esta dissertação concentra-se no momento subsequente, quando essas construções discursivas se materializam na invasão de Brasília e em suas repercussões imediatas. Desse modo, os achados aqui apresentados podem ser lidos como um desdobramento empírico das dinâmicas identificadas por Ferrari (2024), evidenciando como enquadramentos previamente sedimentados são reativados, ajustados e reinterpretados diante do fracasso da ação coletiva e da repressão institucional.

Além disso, os dois trabalhos convergem ao identificar a centralidade de enquadramentos populistas e antissistêmicos, marcados pela oposição entre “povo” e instituições, pela deslegitimação de autoridades democráticas e pela circulação de narrativas conspiratórias. Os dois trabalhos, em conjunto, oferecem uma leitura contínua do processo político: da construção discursiva da mobilização à sua reconfiguração após a ação direta.

Assim, mais do que reproduzir achados, esta dissertação dialoga de forma cumulativa com Ferrari (2024), contribuindo para a consolidação de uma agenda de pesquisa que investiga a crise democrática brasileira a partir da articulação entre enquadramentos de ação coletiva, populismo e dinâmicas comunicacionais digitais.

8. Referências Bibliográficas

ABERS, R. N. **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira**. Brasília: Editora UnB, 2021.

ADLER, Marina A. Collective identity formation and collective action framing in a Mexican "Community of Communities". *The Sociological Quarterly*, Malden, v. 53, n. 4, p. 568–593, 2012.

AGÊNCIA PÚBLICA. Bolsonaroistas usam código “Festa da Selma” para coordenar invasão em Brasília. *A Pública – Sentinela*, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/sentinela/2023/01/bolsonaristas-usam-codigo-festa-da-selma-para-coordenar-invasao-em-brasilia/>. Acesso em: 1 abr. 2025.

ALCÂNTARA, Manoela. Há um ano, golpistas tentavam explodir bomba no Aeroporto de Brasília. *Metrópoles*, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/ha-um-ano-golpistas-tentavam-explodir-bomba-no-aeroporto-de-brasilia>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ASLANIDIS, Paris. Populism as a collective action master frame for transnational mobilization. *Sociological Forum*, v. 33, n. 2, p. 443–464, 26 fev. 2018.

AZEVEDO JR., A. C. Fake news e as eleições brasileiras de 2018: o uso da desinformação como estratégia de comunicação eleitoral. *Revista Más Poder Local*, n. 44, p. 81-108, mai. 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARONAS, Roberto Leiser; PONSONI, Samuel. Bolsonaro e Trump:(des) semelhanças enunciativas. **Guavira Letras**, v. 14, n. 28, p. 24-35, 2018.

BASTOS, Marco; RECUERO, Raquel. THE INSURRECTIONIST PLAYBOOK: jair bolsonaro and the national congress of brazil. *Aoir Selected Papers Of Internet Research*. University of Illinois Libraries. 2023.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, p. e172129, 2017.

BAPTISTA, Érica Anita; HAUBER, Gabriela; ORLANDINI, Maiara. Despolitização e populismo: as estratégias discursivas de Trump e Bolsonaro. **Media & Jornalismo**, v. 22, n. 40, p. 105-119, 2022.

BARBOSA, B. *Desinformação sobre código-fonte da urna mobilizou bolsonaristas que invadiram Congresso*. Reuters, São Paulo, 9 jan. 2023. Disponível em: UOL Notícias. Acesso em: 28 jul. 2025

BENFORD, Robert D. “You could be the hundredth monkey”: Collective action frames and vocabularies of motive within the nuclear disarmament movement. **Sociological Quarterly**, v. 34, n. 2, p. 195-216, 1993.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611–639, 2000.

BERTAGLIA, T. F. C. Exploring Word Embeddings for Unsupervised Textual User-Generated Content Normalization. In: *Proceedings of the 2nd Workshop on Noisy User-generated Text (WNUT)*. 2016.

BORTOLON, Bianca; MENEZES, Luiz Fernando; MANGABEIRA, Milena. Golpistas acusam ‘infiltrados’, mas exibem imagens em que celebram vandalismo. *Aos Fatos*, Rio de Janeiro, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/golpistas-acusam-infiltrados-mas-exibem-imagens-celebram-vandalismo/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BOYD, Danah. Social network sites as networked publics: affordances, dynamics, and implications. In: PAPACHARISSI, Zizi (org.). *A networked self: identity, community, and culture on social network sites*. New York; London: Routledge, 2010. p. 39–58.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Fato ou Boato: Justiça Eleitoral desmentiu as principais fake news sobre o processo eleitoral em 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/fato-ou-boato-justicaeleitoral-desmentiu-as-principais-fake-news-sobre-o-processo-eleitoral-em-2022>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRENOL, Marlise Viegas. Golpistas, terroristas ou manifestantes: porque o jornalismo é pedagógico. Sler, 2024. Disponível em: <https://sler.com.br/golpistas-terroristas-ou-manifestantes-por-que-o-jornalismo-e-pedagogico/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CAPELLARO, L. Análise de polaridade e de tópicos em tweets no domínio da política no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Computação, 2021.

CHALOUB, Jorge. The Geopolitical Imaginary of the Brazilian Ultra-Right. *Bulletin of Latin American Research*, [s.l.], v. 42, n. 4, p. 539-550, 2023.

CHARMAZ, Kathy. *Constructing Grounded Theory: A Practical Guide through Qualitative Analysis*. London: SAGE Publications, 2006.

CHRISTHIE, W.; REIS, J. C. S.; BENEVENUTO, F.; MORO, M. M.; ALMEIDA, V. Detecção de Posicionamento em Tweets sobre Política no Contexto Brasileiro. In: *BraSNAM - Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining*, 2018.

CHONG, D.; DRUCKMAN, J. N. Framing Theory. *Annual Review of Political Science*, 10(1):103–126. 2007.

CNN. Bolsonaro diz que provará que houve fraude na eleição de 2018. 2020.

COMPROVA. Sistema de voto eletrônico pode ser auditado, ao contrário do que afirma post. 2020.

COMPROVA. Artigo 142 não prevê intervenção militar nem federal; entenda. 2022.

COSTA, Rodolfo. Equipe de Lula começa a negociar com caminhoneiros para desarmar “bomba-relógio”. *Gazeta do Povo*, Brasília, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/equipe-lula-negocia-caminhoneiros-desarmar-bomba-relogio/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

COUTO, Cláudio Gonçalves. O Brasil de bolsonaro: uma democracia sob estresse. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, [s.l.], v. 28, p. e89859, 2023.

CRISTIANI, A.; LIEIRA, D.; CAMARGO, H. A sentiment analysis of Brazilian elections tweets. In: *Anais do VIII Symposium on Knowledge Discovery, Mining and Learning*. Porto Alegre, RS, Brasil, SBC, 2020. p. 153–160.

DAHL, Robert A. A democracia e seus críticos. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DAVIES, W. “Anger fast and slow: mediations of justice and violence in the age of populism”. *Global Discourse* 10(2), 169-185. 2020.

DEERWESTER, S.; DUMAIS, S. T.; FURNAS, G.W.; LANDAUER, T.K.; HARSHMAN, R. Indexing by Latent Semantic Analysis. *J Am Soc Inf Sci* 41: 391-407. 1990. doi: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199009\)41:6](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199009)41:6).

DEVLIN, J.; CHANG, M.-W.; LEE, K.; TOUTANOVA, K. BERT: Pre-training of deep bidirectional transformers for language understanding. 2019. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1810.04805>.

DIAS, T.; VON BÜLOW, M.; GOBBI, D. Populist Framing Mechanisms and the Rise of Right-wing Activism in Brazil. *Latin American Politics and Society*, v. 63, n. 3, p. 69-92, 2021.

DOS SANTOS, Patrícia Dias; GOYA, Denise Hideko. Detecção de Posicionamento e Rotulação Automática de Usuários do Twitter: o caso da CPI da Covid-19. *iSys-Brazilian Journal of Information Systems*, v. 16, n. 1, p. 15: 1-15: 24, 2023.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Movimentos sociais: uma introdução*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015.

DIAS, Tayrine; VON BÜLOW, Marisa; GOBBI, Dannel. Populist framing mechanisms and the rise of right-wing activism in Brazil. *Latin American Politics and Society*, v. 63, n. 3, p. 1–30, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/lap.2021.22>.

DUMBILL E. What is big data?: an introduction to the big data landscape. 2012.

EADY, G.; HJORTH, F.; DINESEN, P. T. Do violent protests affect expressions of party identity? Evidence from the Capitol insurrection. *American Political Science Review*, 117, 1151–1157. 2023. <https://doi.org/10.1017/S0003055422001058>

ENTMAN, R. Framing toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

FANG, Zhichao; COSTAS, Rodrigo; WOUTERS, Paul. User engagement with scholarly tweets of scientific papers: A large-scale and cross-disciplinary analysis. *Scientometrics*, v. 127, n. 8, p. 4523-4546, 2022.

FERES JÚNIOR, J.; CAVASSANA, F.; GAGLIARDI, J. Is Jair Bolsonaro a classic populist? *Globalizations*, 20(1), 60–75. 2023. <https://doi.org/10.1080/14747731.2022.2111827>

FERRARI, Beatriz Calza. Ação coletiva no WhatsApp e no Telegram: os enquadramentos golpistas que prepararam o terreno para o 8 de janeiro. 2024. 109 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

FERREIRA, R. R. Rede de mentiras: a propagação de fake news na pré-campanha presidencial brasileira, Observatório (OBS), Lisboa, p. 139-162, 2018.

FIRTH, J. *Papers in Linguistics*. London: Oxford University Press. 233pp. pp. 1934-1951. 1957.

FREEDEN, M. “After the Brexit referendum: revisiting populism as an ideology”. *Journal of Political Ideologies* 22(1), 1-11. 2017. <https://doi.org/10.1080/13569317.2016.1260813>

FUDOLIG, M.I., ALSHAABI, T., ARNOLD, M.V. et al. Sentiment and structure in word co-occurrence networks on Twitter. 2022. <https://doi.org/10.1007/s41109-022-00446-2>

FREITAS ALVES, M. Platforms, Personalism, and Propaganda: The Digital Investment of the Far Right in Brazil and the Reconfiguration of Political Mediation. *Más Poder Local*, (61), 128–146. 2025. <https://doi.org/10.56151/maspoderlocal.296>

GAMSON, William A. Talking Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GERBAUDO, P. The Digital Party: Political Organisation and Online Democracy. London: Pluto. 2019.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research. New York: Aldine, 1967.

GOFFMAN, E. Frame analysis: An essay on the organization of experience. Harvard University Press. 1974.

G1. PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição, Brasília, 30 out. de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisurada-eleicao.html>.

HAWKINS, Kirk A. Venezuela's Chavismo and Populism in Comparative Perspective. New York: Cambridge University Press, 2010.

IASULAITIS, Sylvia; VIEIRA, Aiane Oliveira. Quando o ataque é o programa: As estratégias de campanha de Donald Trump e de Jair Bolsonaro no Twitter. **Comunicação & Sociedade**, v. 44, n. 2, p. 5-46, 2022.

IASULAITIS, S.; VICARI, I.; GRECO, B.; PEREIRA, J. INFODEMIA NO BRASIL: um estudo sobre a desinformação a respeito da vacina contra COVID-19 no Twitter. In: Negacionismo, Desinformação e Agnotologia. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

IASULAITIS, S.; VALEJO, A.; GRECO, B.; PERILLO, V.; MESSIAS, G.; VICARI, I. et al. The Interfaces Twitter Elections Dataset: Construction process and characteristics of big social data during the 2022 presidential elections in Brazil. PLoS ONE, v. 20, n. 2, p. e0316626, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0316626>.

IASULAITIS, S.; VICARI, I. The salience of Traditional Moral Values: Bolsonaro's electoral competition strategy on Twitter. International Journal of Social Science Studies, v. 9, n. 5, p. 153-157, ago. 2021.

ITUASSU, Arthur et al. De Donald Trump a Jair Bolsonaro: democracia e comunicação política digital nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e 2018, no Brasil. In: **8º Congresso COMPOLÍTICA, Brasília–DF**. 2019.

KAYSEL, André; BIANCHI, Alvaro. Bolsonarismo como Coalizão Discursiva de Extrema-Direita. Caderno CRH, Salvador, v.38, p. 1-14, 2025.

KOTSIANTIS, S. B.; ZAHARAKIS, I. D.; PINTELAS, P. E. Machine learning: a review of classification and combining techniques. Artificial Intelligence Review, v. 26, n. 3, p. 159-190, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10462-007-9052-3>.

LACLAU, Ernesto. A razão populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LISON, Pierre; KUTUZOV, Andrey. *Redefining Context Windows for Word Embedding Models: An Experimental Study*. In: *Proceedings of the 21st Nordic Conference on Computational Linguistics (NoDaLiDa)*, Gothenburg, Sweden, maio 2017.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MALY, Ico; DOWLING, Joseph; LEMANSKI, Bartosz. The Metapolitics of Crises: How the New Right Weaponises Narratives to Mainstream Far-Right Ideology. *Acta Politica*, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10767-025-09519-3>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MARCON, Cibele Cristina. Erosão Democrática no Brasil. Dissertação (Mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2022.

MCKENNA, Elizabeth; O'DONNELL, Catharina. Satellite political movements: How grassroots activists bolster Trump and Bolsonaro in the United States and Brazil. **American Behavioral Scientist**, v. 68, n. 13, p. 1782-1803, 2024.

MELUCCI, Alberto. Challenging Codes: Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDONÇA, Daniel. ¿Porqué el Bolsonarismo no sería um Populismo? *Studia Política*, [s.l.], n. 60, p. 301-335, 2023.

MENDONÇA, R.; SIMÕES, P. Frame Analysis. In: SELEN A. et al. *Research Methods in Deliberative Democracy*. Nova York: Oxford University Press, 2022.

MENDONÇA, Ricardo F.; CAETANO, Renato Duarte. Populism as Parody: The Visual Self-Presentation of Jair Bolsonaro on Instagram. *The International Journal of Press/Politics*, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 210–235, 2021.

MORIGI, Valdir José et al. Tensões nas representações sobre a democracia nos atos contra e pró-impeachment do Governo Dilma Rousseff na cobertura do jornal Folha de São Paulo em 2015. *Intexto: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS*. N. 42 (maio/ago. 2018), p. 36-55, 2018.

MITCHELL, T. *Machine Learning*. McGraw-Hill, New York, 1997.

MÜLLER, Jan-Werner. *O que é o populismo?* Tradução: George Schlesinger. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MUDDE, Cas. Right-wing extremism analyzed. *European Journal of Political Research*, v. 27, n. 2, p. 203–224, 1995

MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Polity Press, 2019.

MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. Populism: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MUDDE, C. “Populism in the Twenty-First Century: An Illiberal Democratic Response to Undemocratic Liberalism”. Andrea Mitchell Center for the Study of Democracy, University of Pennsylvania, 2023.

NICAS, J. Brazil bars bolsonaro from office for election-fraud claims. *The New York Times*. 2023.
<https://www.nytimes.com/2023/06/30/world/americas/bolsonarobrazilbannedoffice.html>

NICOLELI, Marcelo & PINHONI, Eduardo (orgs.) *Um Brasil dividido? Reflexões sobre a polarização política e social no Brasil contemporâneo*. Lua Nova, São Paulo, n. 122, 2024.

NOBRE, M. Limites da democracia. São Paulo: Todavia, 2022.

NOROCEL, Ov Cristian. Gendering Web2.0 Sociotechnical Affordances of Far-Right Metapolitics. *International Journal of Communication*, v. 16, p. 3361–3381, 2022. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/17702>. Acesso em: 3 jul. 2025.

HOWISON, J.; WIGGINS, A.; CROWSTON, K. Validity issues in the use of social network analysis with digital trace data. *Journal of the Association for Information Systems*, v. 12, n. 12, p. 767–797, 2011. Han, B. C. 2022.

IASULAITIS, S.; VALEJO, A. D. B.; GRECO, B. C.; PERILLO, V. G.; MESSIAS, G. H.; VICARI, I. The Interfaces Twitter Elections Dataset: Construction process and characteristics of big social data during the 2022 presidential elections in Brazil. *PLOS ONE*, 20(2), e0316626. 2025 <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0316626>

JOST, J. T.; BARBERÁ, P.; BONNEAU, R.; LANGER, M.; METZGER, M.; NAGLER, J.; STERLING, J.; TUCKER, J. A. How Social Media Facilitates Political Protest:

information, motivation, and social networks. *Political Psychology*, v. 39, n. 1, p. 85-118, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/pops.12478>.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *How democracies die*. Crown Editor. 2018.

OCDE. *Artificial Intelligence in Science: Challenges, Opportunities and the Future of Research*, OECD Publishing, Paris, 2023. <https://doi.org/10.1787/a8d820bd-en>.

O GLOBO. Investigado por incitar atos golpistas, Bolsonaro fez um ataque grave à democracia a cada 23 dias. Rio de Janeiro, 15 jan. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/investigado-por-incitar-atos-golpistas-bolsonaro-fez-um-ataque-grave-a-democracia-a-cada-23-dias.ghtml>. Acesso em: 3 jul. 2025.

OZAWA, J. V. S.; LUKITO, J.; BAILEZ, F.; FAKHOURI, L. G. P. Brazilian Capitol attack: The interaction between Bolsonaro's supporters' content, WhatsApp, Twitter, and news media. *Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review*, 5(2). 2024.

POLLETTA, Francesca; JASPER, James M. A collective identity and social movements. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 27, p. 283–305, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.283>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana e Freixo, Adriano de. *Brasil em Transe*. Rio de Janeiro: Oficina, 2019.

PRZEWORSKI, A. *Crises of democracy*. Cambridge: Cambridge. University Press. 2019.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, [S.L.], v. 36, n. 106, p. 147-163, dez. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>.

RENNÓ, Lucio; AVRITZER, Leonardo; CARVALHO, Priscila Delgado de. Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [s.l.], n. 36, p. e247120, 2021.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; SOARES, F. B. Mídia Social e Filtros-Bolha nas Conversações Políticas no Twitter. In Proceedings of XXVI Encontro Anual da Compós. Compós, São Paulo. Brazil. 2017.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López. Las derechas neopatriotas en América Latina. Revista CIDOB d'Afers Internacionals, [s.l.], n. 126, p. 41-64, 2020.

SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo (org.). Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas. Madrid: Fundación Carolina, 2023.

SARTORI, Giovanni. Concept Misformation in Comparative Politics. The American Political Science Review, [s.l.], v. 64, n. 4, p. 1033–1053, 1970.

SENO, E.; CLARO, D.; MOTA, L.; RODRIGUES, J. Semântica Distribucional. In: CASELI, H. M.; NUNES, M. G. V. (Ed.). Processamento de Linguagem Natural: Conceitos, Técnicas e Aplicações em Português. 1. ed. BPLN, 2023. book chapter 10. ISBN 978-65-01-20581-6. Disponível em: <<https://brasileiraspln.com/livro-pln/1a-edicao/parte5/cap10/cap10.html>>

TARROW, Sidney. Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TINATI, R.; HALFORD, S.; CARR, L.; POPE, C. Big Data: methodological challenges and approaches for sociological analysis. Sociology, v. 48, n. 4, p. 663-681, 2014.

TSE. Acórdão nº 761-68/2014 (AIME 761-68). Representação eleitoral protocolada por Carlos Sampaio. Brasília, DF, 15 jul.2014. Inteiro teor disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tse/348597586/inteiro-teor-348597604>. Acesso em: 1 jul. 2025.

TUFECKI, Z. Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest. Yale University Press. 2017.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197-212. E-book.

TRAVERSO, Enzo. As novas faces do fascismo. Belo Horizonte: Æyiné, 2021.

VENTURELLI, Gustavo. **From Populist Promises to Democratic Threats: Brazil's Political Trajectory**. 2023. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.8.2023.tde-01042024-114706. Acesso em: 2026-01-26.

VICARI, Isabella. A URNA ELETRÔNICA BRASILEIRA: ENTRE CONTROVÉRSIAS E DESINFORMAÇÃO. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

UOL. Sara Winter: recebi ‘orientações’ de Heleno para atacar o STF; general nega. UOL Notícias, São Paulo, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/11/22/sara-winter-heleno-stf.htm>. Acesso em: 2 jul. 2025.

VALLE, V. Bolsonarismo: formação e lógicas de atuação. In: BUZETTO, M. (org). Democracia e direitos humanos no brasil: A ofensiva das direitas. São Paulo: CUT, 2021.

VARÃO, R.; FERREIRA, F. V.; BOSELLI, M. A. Nós, o povo? Uma análise automatizada e qualitativa de quem é o povo no Twitter de Jair Bolsonaro. Palavra Clave, 26(2), e2621. 2023. <https://doi.org/10.5294/pacla.2023.26.2.1>

VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens; BARBOSA, Ana Laura Pereira. Supremocracia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Tribunal Federal durante o governo Bolsonaro. Novos estudos CEBRAP, v. 41, p. 591-605, 2023.

VINHAS, O.; PRATES, C. D. Seguindo a construção de fatos e mapeando redes: urnas eletrônicas brasileiras são confiáveis? Século XXI - Revista De Ciências Sociais, v. 10,

n. 2, p. 09-37, Jul./Dez. 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/35900/45366>.

ZHANG, Jun et al. Data-driven computational social science: a survey. *Big Data Research*, v. 21, p. 100145, set. 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.1016/j.bdr.2020.100145>. Acesso em: 1 abr. 2025.

VON BÜLOW, M.; ABERS, R.N. Denialism and Populism: Two Sides of a Coin in Jair Bolsonaro's Brazil. *Government and Opposition: An International Journal of Comparative Politics* 1–19, 2022.

VON BÜLOW, Marisa; AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara (orgs.). *Democracy Under Attack: Social Media and Disinformation in Brazilian Elections*. Cham: Springer, 2024. ISBN 978-3-031-66977-4

VON BÜLOW, M.; GOBBI, D.; DIAS, T. O Conceito de Ativismo Digital: uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil. TATAGIBA, L. (Org.); ALMEIDA, D. C. R. (Org.) ; Gurza Lavalle, A. (Org.); SILVA, M. K. (Org.) 163 *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. 1a. ed. Porto Alegre: Zouk, v. 1000, p. 462, 2022.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela; SOARES, Felipe. *Using Social Network Analysis and Social Capital to Identify User Roles on Polarized Political Conversations on Twitter*. 2019.

RICCI, Paolo; VENTURELLI, Gustavo. *Connections between populism and nationalism: evidence from Jair Bolsonaro's speeches*. *Nations and Nationalism*, v. 29, n. 3, p. 1057–1075, 2023. DOI: 10.1111/nana.12949.

ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; TAGGART, Paul. *The populist radical right and the pandemic*. *Government and Opposition: An International Journal of Comparative Politics*, v. 59, n. 4, p. 977-997, 2022. DOI: 10.1017/gov.2022.46

SAGI, E.; DIERMEIER, D.; KAUFMANN, S. Correction: Identifying Issue Frames in Text. PLOS ONE 9(1): 10.1371/annotation/f6708258-1101-40f2-9a91-be36b1b1afd8. 2014. <https://doi.org/10.1371/annotation/f6708258-1101-40f2-9a91-be36b1b1afd8>

SANTOS, M. R. " Brasil acima de tudo, Deus acima de todos": uma análise dos usos do nacionalismo e patriotismo na candidatura presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. 2021.

SEMMELOCK, Harald; KOPEINIK, Simone; THEILER, dieter; ROSS-HELLAUER, Tony; KOWALD, Dominik. Reproducibility in Machine Learning-Driven Research. 2023. DOI: 10.48550/arXiv.2307.10320.

SHAH, D. V.; CAPELLA, J. N.; NEUMAN, W. R. Big data, digital media, and computational social science: Possibilities and perils. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 659(1), 6–13. 2015.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 86-107, 2021.

SILVEIRA, S. A. Prefácio. In: MARTINS, H. (Org.). *Desinformação: crise política e saída democrática para as fake news*. São Paulo: Veneta, 2020. E-book.

SNOW, D.; BENFORD, R. Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization. *International Social Movement Research*. 1. 197-217. 1988.

SNOW, D.; VLIEGENTHART, R.; KETELAARS, P. The Framing Perspective on Social Movements: Its Conceptual Roots and Architecture. Em: SNOW, D. et al. (Eds.). *The Wiley Blackwell Companion to Social Movements*. 2. ed. Oxford: John Wiley & Sons Ltd, p. 392–410, 2019.

SINGER, André; VENTURI, Gustavo (orgs.). *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. ISBN 978-8535932027.

SOTO-VÁSQUEZ, A. D.; SÁNCHEZ-SANTOS, M. El cabal, vacunas, y Donald Trump: An analysis of Spanish-language disinformation leading up to the U.S. Capitol insurrection. *Cultural Studies ↔ Critical Methodologies*, 22(5), 454–465. 2022. <https://doi.org/10.1177/15327086221093949>

SUNSTEIN, Cass R. *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*. Princeton University Press, 2017.

TANSCHKEIT, Talita. *Jair Bolsonaro and the defining attributes of the populist radical right in Brazil*. *Journal of Language and Politics*, v. 22, n. 3, p. 324–341, 2023. DOI: 10.1075/jlp.22133.tan.

WENDLING, M. *How Trump's allies stoked Brazil Congress attack*. BBC. 2023. <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-64206484>.

Zhang, Y.; Amsler, M.; Castro Herrero, L.; Esser, F.; Bovet, A. *Quantifying the Spread of Online Incivility in Brazilian Politics*. In: **Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media**, v. 19, p. 2241–2259, 2025. Disponível em: arXiv:2504.08960.

ZUCCO, César; POWER, Timothy J. *The Ideology of Brazilian Parties and Presidents: A Research Note on Coalitional Presidentialism Under Stress*. *Latin American Politics and Society*, v. 66, n. 1, 2024.